

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de História



Trabalho de Conclusão de Curso

“Não, a mulher brasileira não é escravocrata”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884)

Etiane Carvalho Nunes

Pelotas, 2019

Etiane Carvalho Nunes

“Não, a mulher brasileira não é escravocrata”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Pelotas, 2019

Etiane Carvalho Nunes

“Não, a mulher brasileira não é escravocrata”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 20 de dezembro de 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Marcia Janete Espig

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedicatória

Dedico inteiramente este trabalho aos meus pais, Michele e Gilson. Sem eles, nada disso seria possível. Obrigada pelo apoio, emocional e financeiro. Sou uma pessoa privilegiada tendo em vista o suporte a mim dado durante esses quatro longos, mas rápidos, anos. Em alguns momentos foi difícil aguentar a saudade devido a distância, mas me confortava e ainda conforta saber que isso tem um propósito, o qual construímos juntos. Obrigada pelas conversas e debates acalorados que tivemos, certamente isso influenciou muito na pessoa que sou hoje. Ainda, agradeço por me permitirem escolher. Espero um dia poder retribuir de alguma forma. Que sejamos felizes. Amo vocês.

Agradecimentos

Agradeço à minha família, meus pais, tios, avós, dindos e aos meus amigos, que sempre se mostraram preocupados comigo e com meu bem estar. Ao professor e amigo Jonas Vargas, sempre solícito e atencioso, pronto para tirar dúvidas, discutir algum ponto do trabalho e que tanto ouviu minhas preocupações. Espero que possamos construir muitas histórias ainda juntos. Agradeço aos meus colegas que estiveram diariamente comigo. Obrigada por toda a forma de ajuda, pelas conversas e experiências compartilhadas. Por fim, à FAPERGS pelo suporte financeiro, o qual muito contribuiu para a realização deste trabalho, demonstrando, assim, a importância do fomento à pesquisa.

RESUMO

NUNES, Etiane Carvalho. **“Não, a mulher brasileira não é escravocrata”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Pelotas foi um dos municípios com a maior concentração de escravos do sul do Brasil. No entanto, a partir dos anos 1870, mas principalmente na década de 1880, o movimento abolicionista contribuiu fortemente para o fim da escravidão. Com isso, este trabalho tem como objetivo compreender a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas de 1881 a 1884, usando como fonte a imprensa local e cartas de liberdade. As mulheres pelotenses, a grande maioria delas pertencentes às famílias da elite local, atuaram em prol da causa abolicionista de maneira diversa, doando objetos para o bazar de prendas do Club Abolicionista da cidade e compondo uma comissão de senhoras do Centro Abolicionista. Além disso, a presença de mulheres nos espaços políticos, e, conseqüentemente, públicos, é legitimada pela ação filantrópica. Assim, identificar essas mulheres ajuda a entender, em certa medida, os motivos pelos quais se engajaram em um movimento social, servindo para conferir à elas sua agência histórica. Nessa perspectiva, o trabalho contribui para promover discussões acerca da emancipação feminina no final do século XIX e sobre relações de gênero, e para a historiografia local.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Movimento abolicionista. História de Pelotas.

ABSTRACT

NUNES, Etiane Carvalho. **“No, the brasilian woman is not enslaver”: the participation of women in the abolitionist movement in Pelotas (1881-1884).** End of course paper - Human Science Institute, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

Pelotas has been one of the towns with the most concentrated number of slaves to the south of Brazil. From 1870 on, however, but mainly during the 1880's decade, the abolitionist moment strongly contributed to the end of slavery. Therefore, this work's objective is to comprehend the participation of women in the abolitionist movement in Pelotas from 1881 to 1884, managing as source the local press and manumission letters. The women from Pelotas, most of them belonging to local elite families, acted in favor of the abolition in many forms: by donating objects to the bazar of gaucho ladies from the Abolitionist Club of the town and forming a commission of ladies of the Abolitionist Center. In addition, the presence of women in political places and, consequently, public, is validated by the philanthropic measures. In this way, identifying these women helps us understand, to some point, the reasons why they have engaged in a social movement, serving to address them their historical agenda. In this perspective, this work contributes to promote discussion regarding the female emancipation by the end of the XIX century, gender relations and the local historiography.

Key-words: Gender. Women. Abolitionist movement. Pelotas History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - Experiências abolicionistas: análise historiográfica e referencial teórico e metodológico.....	15
CAPÍTULO 2 - “É Pelotas! Salve, Déa!”: análise da participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
LISTA DE FONTES.....	59
ANEXOS.....	62

INTRODUÇÃO

Em função da produção charqueadora, Pelotas foi um dos municípios com a maior concentração de escravos do sul do Brasil. No entanto, a partir dos anos 1870, mas principalmente na década de 1880, o movimento abolicionista contribuiu fortemente para o fim da escravidão, sendo este caracterizado por Angela Alonso como o primeiro movimento social da história do Brasil.¹ O movimento a favor da abolição da escravidão iniciado no município foi encabeçado por nomes de prestígio social e político no âmbito local, muitos pertencentes a famílias tradicionais e/ou ligadas à produção do charque – atividade econômica que já se encontrava em crise.² Parte das mulheres não ficou de fora da agitação que tomava conta da cidade e, tendo em vista que muitas delas integravam as referidas famílias, seu envolvimento se deu por meio da concessão de cartas de alforrias aos cativos, envolvimento com associações emancipacionistas e eventos beneficentes. Atividades diversificadas que, pelo viés da filantropia, possibilitaram às mulheres inserção em espaços públicos e o engajamento com um movimento social e político como foi o abolicionismo.

Assim sendo, o presente trabalho dialoga com as considerações de Michelle Perrot sobre a história das mulheres, no sentido de que elas ficaram, durante muito tempo, ausente dos relatos, como se as mulheres não estivessem presentes e atuantes nos processos históricos. O campo de atuação das mulheres oitocentistas ficava limitado ao espaço privado, ambiente no qual elas exerciam papéis que expressavam autoridade perante seus filhos, diante das pessoas que trabalhavam na casa e serviam como base moral para seus maridos. Entretanto, essa localização das mulheres na sociedade não deve ser vista de forma fixa, já que elas também agiam fora do lar, em especial dedicavam-se às práticas caridosas e beneficentes. Além disso, não é indicado tomá-las como passivas, pois certamente elas elaboravam estratégias para atuarem também nos espaços públicos.

¹ ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*. CEBRAP. 100. Novembro 2014, p. 115-137.

² VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

Nessa perspectiva, o movimento abolicionista permitiu às mulheres romper com essa lógica, ainda que não de forma efetiva e radicalmente. Mas com certeza possibilitou que elas circulassem em ambos os espaços. Apesar de haver dentro dos trabalhos dedicados a falar sobre gênero um esforço para quebrar essa visão polarizada e binária das esferas, é importante mostrar quais comportamentos e valores morais eram associados às mulheres e que isso acabava por transparecer na organização cultural da vida cotidiana e que ainda davam sentido às relações sociais.

Poucos são os trabalhos que ofereceram um maior espaço para a atuação feminina no movimento abolicionista brasileiro. No entanto, as pesquisas de Thiago Sant'Anna³ e Karolina Rocha⁴ são alguns dos existentes e que muito contribuíram para a produção desta. O primeiro se dedica a mostrar como as mulheres goianas participaram do movimento abolicionista em Goiás, as quais usaram os teatros como espaço de atuação e o piano para produções artísticas e culturais com o intuito de arrecadar fundos. Enquanto isso, Karolina Rocha aborda outra experiência, a de mulheres do Espírito Santo, e procura compreender de que maneira as construções femininas da elite foram apropriadas pelos atores sociais envolvidos, homens e mulheres, no abolicionismo. Ela suscita discussões sobre a maternidade social, entendida como uma forma de atuar para além do espaço privado, sendo mãe não só de seus filhos, mas, por meio da caridade, ajudar os mais necessitados, que seriam os escravos. Recentemente, Maria Emilia dos Santos e Jacilene Leandro⁵ publicaram um artigo que visa discutir a atuação das mulheres no movimento abolicionista em Recife, bem como as contribuições trazidas por elas à causa entre os anos 1880 e 1888. As autoras salientam que o ativismo do século XIX “não se configura nos termos dos movimento feministas do século XX”⁶ e, em termos

³ SANT'ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). *OPIS – Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais*, Goiás, vol. 6, p. 68-78, 2006.

⁴ ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba (UFPR), 2015. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>>. Acesso em 17 de nov. de 2019.

⁵ LEANDRO, Jacilene de Lima; SANTOS, Maria Emilia V. dos. As mulheres e o movimento abolicionista: participação e engajamento (Recife, 1880-1888). *Gnarus Revista de História*, v. 10, n. 10, setembro de 2019.

⁶ Ibidem, p. 51.

metodológicos, elas começaram a identificar os nomes das mulheres envolvidas, o que pode oferecer mais informações a respeito da vida delas, algo semelhante feito neste trabalho.

O objetivo, portanto, é compreender a participação das mulheres no movimento abolicionista de Pelotas. Quem eram essas mulheres? A quais famílias pertenciam? Quais os motivos que as levaram a se engajar no movimento, foi por uma razão filantrópica, por defenderem a causa, ou uma forma de se inserirem no espaço público? Havia redes de contato ou sociabilidade entre mulheres de Pelotas e mulheres atuantes em outros municípios da província? Se sim, como isso ocorreu? Na medida que essas indagações sejam respondidas ou não, ou em partes, elas permitirão entender de que maneira as mulheres marcaram presença em um contexto de grande relevância para a história do país, sendo possível, ainda, traçar um perfil das mulheres que atuaram no movimento abolicionista na referida cidade. As perguntas que não puderem ser respondidas, por sua vez, podem indicar a ausência de vestígios e a partir disso problematizar o estudo das mulheres no passado.

Identificar parte das mulheres atuantes é possível pelo fato de seus nomes serem mencionados nas fontes consultadas, levando, desta forma, a associá-las às suas famílias. Quanto à existência de redes de sociabilidade entre as pelotenses e mulheres de outras cidades, pode-se dizer que havia, mas é algo que precisa de mais pesquisa a fim de entender como funcionava esse relacionamento. As razões que levaram as mulheres a se envolverem com o movimento abolicionista talvez seja a questão que necessite de maior investigação e análise, porque as práticas desempenhadas por elas foram variadas, bem como é provável que cada uma das senhoras tenham participado por motivos específicos. Talvez algumas delas por serem simpatizantes com a causa abolicionista, outras por verem esse movimento social como uma estratégia de ampliação de suas atuações na sociedade, ou então por ambas as motivações.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se uma bibliografia específica, a qual trata sobre a questão da abolição, tanto a nível nacional quanto local, bem como obras que têm como temática a história das mulheres, conduzindo ao entendimento dos papéis desempenhados por elas na sociedade em geral e

também em certos espaços. Quanto às fontes, a imprensa local foi consultada, mais especificamente o jornal *A Discussão*, nos anos 1881 e 1884 e, em função da inacessibilidade dos outros anos, e também para trazer outra visão, foi consultado o periódico *Onze de Junho*, nos anos 1882 e 1883. Além disso, as cartas de alforria concedidas em Pelotas, entre 1881 a 1884, foram usadas para mapear a atuação das mulheres que estavam libertando seus escravos ou mulheres que estavam pagando pela libertação de escravos de terceiros.

Assim, este trabalho contribui para promover discussões e debates acerca da emancipação feminina no final do século XIX e sobre relações de gênero, uma vez que, através do movimento abolicionista, as mulheres iniciaram um processo de luta, integrando de forma efetiva o processo em curso e se transformando em agentes históricas. Através dessa análise, não apenas a participação feminina em um movimento social é ressignificada, como também o próprio movimento abolicionista pode ser observado por outro ângulo, levando em conta as interpretações tradicionais e cristalizadas que se tem sobre ele, visto como um processo político e elitizado conduzido por homens. Além do mais, isso confirma a visão conceitual de Alonso, ao caracterizá-lo como movimento social, mostrando que os atores sociais envolvidos não ficaram limitados à figura masculina elitizada e ao ambiente Parlamentar. As mulheres, mesmo as de famílias da elite local, fazem parte de um grupo marginalizado historiograficamente e trazê-las para o debate é importante, dando atenção a outras agências. Ele soma-se, ainda, ao crescente número de trabalhos que têm como objeto as mulheres, embora não tenham sido encontradas pesquisas que cruzem as duas temáticas, mulheres e abolicionismo, para a cidade de Pelotas, contribuindo, logo, para a historiografia local, e colabora trazendo ao conhecimento histórias que por muito tempo foram silenciadas e ignoradas.

O movimento mencionado neste trabalho, e que com frequência é estudado como um processo, pode ser também utilizado sob a perspectiva conceitual a partir das proposições de Angela Alonso. A autora caracteriza o movimento abolicionista como um movimento social⁷ ocorrido no Brasil, pois tanto os espaços onde ocorreram os debates políticos foram diferentes, quanto os atores sociais também

⁷ ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*. CEBRAP. 100. Novembro 2014, p. 115-137.

foram diversos. Ou seja, nele estiveram envolvidas desde pessoas da elite até pessoas das camadas mais desfavorecidas, além dele ter se manifestado em diferentes espaços de convivência. Desta maneira, a causa abolicionista foi debatida em locais públicos e privados, como no Parlamento, nas ruas, nas entidades abolicionistas e nas casas das famílias. Nesse sentido, o conceito de movimento abolicionista pode ser aplicado neste trabalho, o qual tem a pretensão de compreender a participação das mulheres no movimento encetado na cidade de Pelotas, pois quer trazer ao conhecimento as mulheres enquanto agentes históricas e, assim, desfazer a visão tradicional associada ao abolicionismo, demonstrando que não somente os homens, pelo viés da política, agiram para que a escravidão fosse abolida.

A imprensa foi umas das fontes utilizadas no presente trabalho e, em termos metodológicos, foram seguidas as orientações de Tania Regina de Luca.⁸ Conforme a autora, assim como qualquer outra fonte, os jornais possuem uma carga subjetiva, cabendo ao historiador tomar os devidos cuidados com as possíveis distorções e os interesses intrínsecos que influenciam o que é digno de se tornar notícia, de que forma ela é escrita, para quem e por quem. Logo, tratar de maneira crítica a fonte é algo fundamental. O historiador não deve ser inocente frente à sua fonte, é essa postura que evita equívocos e erros de leitura, necessitando, logo, historicizar a fonte.

O jornal *A Discussão*, posicionado contra a escravidão, começou a circular em Pelotas em 1881, mesma data da criação do Clube Abolicionista da cidade⁹, e tinha como redatores um grupo formado por Fernando Luís Osório, Epaminondas Piratinino de Almeida, Saturnino de Arruda, Marçal Escobar, dentre outros¹⁰, alguns desses nomes ligados também ao republicanismo. Quanto ao conteúdo, este era variado, as publicações iam desde assuntos políticos nacionais e internacionais, até anúncios de eventos culturais, por exemplo. As notícias envolvendo escravidão se

⁸ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 4, p. 111-153.

⁹ LONER, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo (Orgs.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019, p. 60.

¹⁰ MONTI, Verônica. *O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 109.

dedicavam a denunciar castigos, torturas e mortes de escravos e dava-se publicidade àqueles senhores e senhoras que libertavam seus cativos. A partir de 1884, o periódico notícia cada vez mais ações relativas ao abolicionismo, como municípios que caminhavam em direção à emancipação e em agosto deste ano foi criada outra entidade em Pelotas, o Centro Abolicionista.¹¹

Por sua vez, o periódico Onze de Junho foi fundado em 1868 por Antonio da Silva Moncorvo Júnior, em Jaguarão.¹² De acordo com Beatriz Loner, nos anos iniciais esteve a serviço do Partido Conservador, tanto na referida cidade quanto em Pelotas. Entretanto, sem vínculos partidários, em 1881 foi transferido para Pelotas e a partir de então dedicou-se a trabalhar a favor da abolição da escravidão. No ano de 1885 sua circulação foi suspensa e a retomada se deu em 1888, contudo, extinguiu-se com o Império. Este jornal, portanto, dá publicidade a notícias relacionadas ao movimento abolicionista.

O trabalho está dividido em dois capítulos, o primeiro deles é destinado a revisão bibliográfica, evidenciando as produções historiográficas já feitas sobre o tema, mostrando a experiência de mulheres em outros locais, e ao debate teórico e metodológico. O segundo capítulo, por sua vez, é dedicado à análise das fontes, a fim de apontar as diversas formas de participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas, não deixando de lado, no caso da imprensa, de apresentar as notícias referentes às mulheres que atuavam no movimento em localidades distintas.

¹¹ *A Discussão*, Pelotas, 1 de setembro de 1884, p. 1. (Arquivo da Bibliotheca Pública Pelotense).

¹² LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. *Dicionário de História de Pelotas* [recurso eletrônico]. 3. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2017, p. 206 e 207.

CAPÍTULO 1 - Experiências abolicionistas: análise historiográfica e referencial teórico e metodológico

Escrever e fazer uma história das mulheres não é tarefa fácil, mas é algo importante, principalmente em função de demandas atuais, em que ter as mulheres como objeto de pesquisa se mostra necessário tendo em vista as desigualdades nas mais variadas áreas que ainda persistem em se fazer presentes. Michelle Perrot faz referência a sociedade francesa da época em que foi publicado seu livro, o que pode ser usado para pensarmos sobre o Brasil nos dias de hoje. Segundo ela,

Um país que ainda convive com a exploração sexual, as desigualdades salariais entre homens e mulheres, a discriminação e a violência contra a mulher, os atrasos em conquistas históricas de cidadania já garantidas em muitos países (como educação e saúde de qualidade, acesso fácil aos métodos anticoncepcionais, direito ao aborto) e os problemas sociais, como a pobreza, o descaso das autoridades para com os idosos e a infância, tão imbricados nas questões de gênero, tem muito a ganhar buscando respostas na história.¹³

Mulheres e gênero, dentre outros objetos, só se tornaram passíveis de estudo a partir dos anos 1960 e se ampliaram com a contribuição da terceira geração dos Annales, quando houve uma ampliação da noção de objeto e, consequentemente, de abordagens e fontes para dar suporte a esses novos temas. Antes disso, a história das mulheres foi, por muito tempo, relegada ao esquecimento, já que não era um tema pertinente à historiografia, quando esta se voltava para os grandes feitos dos grandes homens, sendo os documentos oficiais as fontes mais usadas e confiáveis. Seu desenvolvimento, enquanto uma categoria de análise da história que a tomou como sujeito e objeto, ocorreu nas décadas de 1960, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, e de 1970, na França.¹⁴

Segundo Perrot, tais desdobramentos foram incentivados por fatores científicos, sociológicos e políticos: científicos em razão da renovação das questões, relacionada à crise pela qual enfrentava os sistemas de pensamentos, pela mudança no que concerne às alianças disciplinares e a atenção colocada sobre a subjetividade; sociológicos por causa do aumento do número de mulheres nas universidades, ocasionando a feminização desse espaço de disputas de poderes; por fim, políticos pela relação com o movimento de libertação das mulheres, em

¹³ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 11.

¹⁴ Ibidem, p. 19.

primeiro lugar à procura da ancestralidade e de reconhecimento, depois propôs críticas ao saberes estabelecidos, caracterizados como universais a partir do masculino.

Perrot questiona se existe uma história das mulheres e, se a resposta for afirmativa, por que ela não é contada. Suas reflexões servem como ponto de partida para esse trabalho, ao suscitar indagações e demonstrar a relevância de se falar sobre mulheres na história. Segundo a autora, parece-lhe pouco provável uma história sem as mulheres e o aumento de pesquisas dedicadas à elas foi e ainda é um movimento, cuja dimensão comporta a escala mundial, motivado pela tomada de consciência por parte das mulheres.

Além disso, Perrot pontua que a história das mulheres mudou, uma vez que novos papéis desempenhados e sua presença em espaços ditos não convencionais começaram a ser estudados. Pensar as mulheres atuantes no espaço público e também na cena política rompe com a lógica permeada até então, na qual se procurava percebê-las no espaço privado, doméstico e, muitas vezes, tomadas como vítimas, conforme a mesma autora. Segundo a autora, as mulheres ficaram de fora dos relatos, como se estivessem fora dos acontecimentos, e, pensando historiograficamente, fora do tempo.¹⁵ Por esse motivo, elas deixaram poucos vestígios diretos, sejam eles escritos ou materiais devido ao julgamento feito sobre si próprias¹⁶, de não considerarem relevantes seus feitos a ponto de mantê-los preservados, o que não isenta a historiografia de sua responsabilidade, ausentando-se por muito tempo nessas questões. A atitude delas, no entanto, representa uma resposta ao contexto no qual viviam, em que aquilo que era produzido pelos homens é que deveria ser conservado.

Nesse sentido, Michelle Perrot questiona de que modo é possível alcançar as mulheres do passado. A autora afirma que as existem muitas fontes, que elas podem ser encontradas em toda a parte, embora estejam misturadas às dos homens e que há bibliotecas ou acervos especializados.¹⁷ Alguns arquivos por ela citados, como os privados, tipos de fontes, como diários e correspondências,

¹⁵ Ibidem, p. 16.

¹⁶ Ibidem, p. 17.

¹⁷ Ibidem, p. 36.

sustentam sua declaração. Porém, discordo de Michelle Perrot no sentido de que esses arquivos e essas fontes não estão, muitas vezes, disponíveis para acesso, mas certamente existem. Talvez sua afirmação seja baseada na realidade europeia, mas pensando na situação do Brasil, ainda são poucos os arquivos destinados às mulheres. A própria Michelle Perrot aponta para a uma “dissimetria sexual das fontes”¹⁸, manifestando justamente que existem fontes para produzir uma história das mulheres, mas em termos quantitativos, elas são menores em comparação às dos homens.

A não autorização referente aos arquivos privados é recorrente, assim como há empecilhos de natureza arquivística, relacionados às condições de preservação e conservação dos documentos. Deste modo, os documentos se tornam inacessíveis aos pesquisadores e pesquisadoras devido ao estado de salvaguarda e acondicionamento, fator que prejudica o andamento de trabalhos. Ainda, a indisponibilidade digital dos documentos é, pensando nos dias atuais, nos quais a tecnologia está muito presente, algo problemático, já que o acesso por meio de plataformas alternativas democratiza a informação e possibilita o direito ao passado.

Hoje, a produção a respeito da história das mulheres é vasta, bem como uma área consolidada em termos acadêmicos, embora haja ainda certas lacunas que precisam ser preenchidas. Nesse sentido, este trabalho almeja contribuir com a historiografia local e suscitar outras questões que até então não foram exploradas. A não apropriação do tema nas universidades e outras instituições corrobora para a perpetuação do silenciamento, de modo que histórias não são contadas e um ciclo de ausência de discussões acerca disso é alimentado. As fontes são uma das dificuldades para chegar até as mulheres do passado, não porque elas não estiveram presentes nos processos históricos, nos eventos, fatos, dentre outros, mas em função da sua produção não ser deixada para a posteridade, já que seus feitos não eram considerados relevantes a ponto de registro.

Para este trabalho, utilizo o conceito de gênero a partir das proposições de Joan Scott. As palavras possuem uma história e, nesse sentido, Scott fala dos diferentes usos e sentidos com que a palavra gênero era empregada. As feministas começaram a usá-la há pouco tempo, empregando-a em sua forma literal, isto é,

¹⁸ Ibidem, p. 17.

para fazer referência à organização social da relação entre os sexos.¹⁹ Ainda, a historiadora norte americana tece algumas considerações sobre tomar gênero como sinônimo de mulher, isentando o pesquisador ou a pesquisadora de se posicionar a respeito da desigualdade ou do poder, sendo assim, mais aceito na academia.²⁰

Ao falar sobre gênero, é fundamental considerar essa categoria de análise como uma construção social dos papéis dos homens e das mulheres na sociedade, em diferentes espaços e tempo. Assim, apoiada na argumentação de Scott, acredito que esse conceito possa ser aplicado ao meu trabalho pelo fato de estar propondo analisar a participação do gênero feminino em um contexto específico e definido temporalmente, questionando e tentando identificar o perfil dessas mulheres e as funções por elas desempenhadas no movimento abolicionista, sem deixar de contrapor com os papéis masculinos, sendo estes dominantes na época estudada que vai do ano de 1881 a 1884. Assim, isolar as mulheres não é desejável, pois as práticas por elas desenvolvidas tinham de ser autorizadas e estar de acordo com os preceitos femininos ideais, que não passavam de uma construção social de uma realidade pautada no homem, sentida culturalmente. Com isso, associo a primeira definição de Scott para gênero, o qual é entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”.²¹

Na segunda parte que completa sua definição, a autora afirma que “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”²², podendo servir como um campo primeiro no qual o poder se articula. Pensando as mulheres abolicionistas em Pelotas, o poder foi algo que atravessou diversas relações, e neste caso, também aquelas entre homens e mulheres, pois ora elas manifestavam o poder em determinados locais de atuação, ora isso recaia aos homens. É provável que o poder, enquanto manifestação de autoridade, seja percebido entre as próprias mulheres, dado que cada uma delas desenvolveu diferentes formas de luta em favor da emancipação dos escravos. Minha intenção, com isso, é mostrar que, embora as relações sociais entre os sexos no final do século XIX ainda sejam pautadas pela

¹⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49 e 50.

²⁰ Ibidem, p. 53.

²¹ Ibidem, p. 67.

²² Ibidem, p. 67.

lógica patriarcal, as mulheres estavam iniciando um processo de inserção no espaço público e tornando-se integrantes de um movimento social e político de abrangência nacional.

Portanto, mesmo sendo indicado por Scott recusar “o caráter fixo e permanente da oposição binária”²³, não há como deixar de abordar os aspectos formadores do cotidiano das mulheres do oitocentos, para assim, historicizar e desconstruir os termos da diferença sexual de acordo com a autora. Assim, as mulheres estiveram, por muitos anos, confinadas ao espaço privado, ao ambiente doméstico de suas casas e lares, independente do estado civil. Este lugar era a elas destinado já que mulheres ditas dignas, honradas e de família não estavam autorizadas a habitar o espaço público, marcadamente masculino. Apesar do desequilíbrio ainda existente, o espaço privado permitia às mulheres desempenhar certa autoridade e estabelecer relações de poder para com seus filhos e demais pessoas que lhes prestasse serviço, essencialmente pensado em mulheres pertencentes às classes de maior prestígio social. A educação dada a elas tinha como objetivo prepará-las para ser uma boa esposa e mãe, enfim cumprir a tarefa de guardiãs do lar e da família, devendo ainda manter os aspectos morais que fundamentavam a sociedade.²⁴

June Hahner discorre a respeito de mulheres da elite e, segundo ela, a Igreja Católica atuava de maneira a limitar as atividades destas à esfera privada, reforçando a hierarquia de gênero e idealizando a reclusão feminina. A entidade religiosa fornecia às mulheres um espaço em que podiam atuar para além de suas casas, possibilitando a criação de associações apoiadoras de orfanatos e escolas para meninas pobres nas cidades sem que, com isso, gerasse incômodo na ala conservadora da sociedade.²⁵ Em contrapartida, estimulava-as a desempenhar determinados papéis, como a filantropia. Além disso, eram essas mulheres as responsáveis por preservar as redes sociais e outros tipos de aliança entre as

²³ Ibidem, p. 64.

²⁴ HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria J. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 57.

²⁵ Ibidem, p. 48.

famílias.²⁶ O desenvolvimento de ações ligadas à filantropia promoveu transformações na conduta, de acordo com Hahner,

Até mesmo a tradição de fazer caridade facilitou mudanças de atitude e de comportamento. A expansão do número de sociedades beneficentes criadas por mulheres de classe alta nas últimas décadas do século XIX fez crescer sua habilidade organizacional e sua capacidade de lidar com o mundo exterior. Algumas ainda foram além de ajudar órfãos e meninas pobres; na década de 1880, enquanto o movimento abolicionista ganhava forças, certas mulheres da alta sociedade ajudaram a angariar fundos para escravos libertos, apesar de não participarem de debates públicos sobre sua emancipação. Outras chegaram a fundar suas próprias sociedades abolicionistas. Mas poucas foram além das atividades filantrópicas como fez Leonor Pôrto, que chegou a abrigar escravos fugidos em sua própria casa no Recife.²⁷

Pode-se considerar, desta maneira, que a presença de mulheres atuantes no movimento abolicionista era um fato que estava mais à frente no que tange a filantropia, pois esta era mais comum quando direcionada à outras causas, como a pobreza e desamparo infantil. Contudo, mesmo não havendo participação nas discussões efetivamente, as ações por elas desempenhadas foram um empreendimento significativo para a época, dado que viviam sob forte hierarquia de gênero e de certa forma estavam rompendo com a idealização moral e comportamental lançadas sobre elas. As atividades filantrópicas realizadas pelas mulheres oitocentistas se circunscreviam ao âmbito social, mas a partir do instante que a filantropia chegou ao abolicionismo, elas estavam marcando presença no meio político, composto exclusivamente por homens. Logo, a participação no movimento abolicionista ganhou outra dimensão, porque não apenas se faziam presentes no espaço público, como também na política.

Macena e Muniz, além de afirmarem a necessidade de historicizar a participação das mulheres no abolicionismo, assinalam a respeito do ato de problematizar a lógica da teoria das esferas.²⁸ Com isso, o espaço privado não é visto como um ambiente de promoção de autonomia, mas sim como sinônimo de privação, de “[...] ausência ou do sentimento de não existir [...]”.²⁹ De acordo com as autoras, o movimento abolicionista permitiu às mulheres criar estratégias

²⁶ Ibidem, p. 56.

²⁷ Ibidem, p. 56.

²⁸ MACENA Fabiana Francisca; MUNIZ, Diva do C. Gontijo. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2012, p. 48.

²⁹ Idem.

diversificadas, visando romper com o confinamento do espaço doméstico, e que essa ação possibilitou conceber espaços tanto para visibilidade pública quanto política.³⁰

Ainda no que concerne à filantropia, Ana Paula Martins discute a respeito do processo da feminização da caridade, incluindo o abolicionismo. Segundo ela, esse fenômeno característico do século XIX, foi atribuído às mulheres em função das “qualidades morais superiores que poderiam justificar e legitimar a participação das mulheres no mundo público”, assim, a “natureza feminina” era capaz de produzir belos resultados na caridade. Além disso, a utilidade social era assegurada por meio da filantropia, uma vez que

[...] Se não tinham acesso à política formal e representativa, podiam participar indiretamente dos debates sobre a questão social pelo caminho respeitável da benemerência. Desta forma, discurso reformador e a separação das esferas pública e privada, preservando a ordem de gênero e a respeitabilidade das mulheres que poderiam frequentar o espaço público mais amplo e se envolver com aspectos da questão social sem ofender os padrões de moralidade e honra familiar e também criar um espaço de poder para elas, poder este sustentado na autoridade moral das mulheres.³¹

Importante ressaltar o espaço de poder originado a partir da ação filantrópica, como demonstra Ana Paula Martins. Tais constatações nos fazem refletir acerca dessa característica designada às mulheres, pois a autoridade moral tem a capacidade de lhes conferir algum tipo de poder fora do meio doméstico, um poder sobre pessoas que não fazem parte do vínculo familiar. Enfim, um poder simbólico que as torna reconhecidas no espaço público. Em um breve capítulo intitulado “Associações de mulheres e o movimento abolicionista”, June Hahner traça um quadro comparativo entre as ações das norte-americanas e das brasileiras. A experiência das mulheres nos Estados Unidos foi, segundo a autora, mais operante, mais ativa em comparação com o caso brasileiro. Isso pode ser exemplificado pelo impacto das associações voluntárias criadas, sendo a das norte americanas mais penetrantes, e também pela atenção dada aos grupos de mulheres envolvidas no movimento no Brasil.³²

³⁰ Ibidem, p. 51.

³¹ MARTINS, Ana Paula V. A feminização da filantropia. *Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, 1. sem. 2015, p. 23.

³² HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 45 e 46.

Segundo Hahner, os papéis desempenhados pelas mulheres no movimento mostram a realidade na qual elas estavam inseridas na época, em uma conjuntura de subordinação. Elas atuavam arrecadando fundos destinados à compra de cartas de alforria, deslocando-se pelas cidades, atitude que podia fortalecer “[...] a imagem feminina de nobreza e auto-sacrifício”, e, assim, não participaram ativamente dos debates públicos em contraposição às norte americanas, as quais já tinham, experiência de se pronunciar em público, por exemplo.³³ Além disso, a autora vê a participação das mulheres brasileiras de maneira complementar, ao afirmar que, apesar do auxílio prestado à campanha, elas ocuparam posições secundárias e auxiliares. Conforme Hahner, as associações criadas por mulheres estavam ligadas aos homens, dado que tanto a formação das instituições quanto a permanência dessas eram asseguradas por homens abolicionistas.³⁴ Assim, Hahner concluiu que, nas suas palavras, as feministas³⁵ brasileiras ficaram isoladas no que tange a participação em movimentos de cunho social, bem como não se privilegiaram deles e “deram menos relevo a reformas sociais” quando comparadas aos homens da elite brasileira.³⁶

Embora as constatações de Hahner sejam relevantes para se pensar a posição das mulheres brasileiras em um movimento social, principalmente ao contrapor com a experiência das mulheres dos Estados Unidos, vejo sua colocação como um argumento cristalizado e até mesmo anacrônico ao ver as mulheres brasileiras como meras auxiliares, servindo de apoio ao trabalho dos homens. Essa interpretação corrobora para que um ciclo de discursos se perpetue, nos quais o protagonismo das mulheres é colocado de lado, e servindo para legitimar narrativas que não as consideram agentes e, em certa medida, irrelevantes para o entendimento do passado. Afirmar isso é um perigo, ainda mais em conjunturas delicadas, de polarização, em que as mulheres são alvo de tantas violências nos mais variados aspectos.³⁷

³³ Ibidem, p. 46 e 49.

³⁴ Ibidem, p. 48.

³⁵ O termo feminista é utilizado pela autora citada.

³⁶ Ibidem, p. 50.

³⁷ São recorrentes as notícias envolvendo as diferentes violências das quais as mulheres são vítimas: Feminicídio: vítima denunciou violência doméstica à Justiça. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 de dezembro de 2019. Seção Cidades. Disponível em

Em estudo recente, Marques e outros buscam identificar de que maneira a participação das mulheres é representada em acervos arquivísticos sobre a escravidão e a abolição. Baseando-se em Jacques Le Goff, os autores discutem a respeito do documento e do monumento, o primeiro entendido como um testemunho escrito e o segundo como um material capaz de evocar o passado, de dar continuidade à recordação e um exemplo disso são os atos escritos.³⁸ Assim, estes locais são espaços de memória, os quais acondicionam e salvaguardam os documentos, permitindo utilizá-los como fonte histórica. Para verificar a representação do envolvimento das mulheres em arquivos, Marques e outros selecionaram três instituições e o Guia África³⁹, sendo que a consulta se deu por meio de websites. O resultado obtido mostra que existe nos arquivos “[...] uma invisibilidade do papel desempenhado por elas [...]”⁴⁰, em um movimento social e político que permitiu às mulheres ocupar a cena pública, inserindo-se na política, embora houvesse imposições e limitações impostas à sua atuação, conforme apontam os autores.⁴¹

Tratando-se especificamente da produção historiográfica sobre o tema, há registros de trabalhos que auxiliam na construção deste. Em sua maioria, têm como objeto as mulheres de elites e demonstram as formas variadas de participação. Dependendo do contexto no qual estavam inseridas, as estratégias colocadas em prática e as ferramentas utilizadas se alteraram. A experiência das mulheres goianas é discutida por Thiago Sant’Anna, que reconhece que as entidades de caráter abolicionistas foram criadas em muitas províncias, inclusive em Goiás, com o

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/12/23/interna_cidadesdf,816230/feminicidio-vitima-denunciou-violencia-domestica-a-justica.shtml>. Acesso em 26 de dezembro de 2019. Desigualdade de gênero só acabará em 2276, diz Fórum Econômico Mundial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de dezembro de 2019. Seção Mercado. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/desigualdade-de-genero-so-acabara-em-2276-diz-forum-economico-mundial.shtml>>. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

³⁸ Marques et al. Representação da participação das mulheres na Escravatura e Abolição nos arquivos brasileiros. In Chaudiron S., Tardy C., Jacquemin B. (Eds.). *Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du 4 colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documental. Anais do 4º colóquio científico internacional da Rede MUSSI*, Villeneuve d’Ascq, Université de Lille, p. 175–187, p. 177.

³⁹ As instituições analisadas foram: Arquivo Nacional, Arquivo dos Deputados e Arquivo do Senado Federal.

⁴⁰ Marques et al. Op cit., p. 186.

⁴¹ Ibidem, p. 185.

intuito de impulsionar o processo de libertação dos escravos.⁴² Entre 1870 e 1888, o autor demonstra de que forma as goianas agiam a fim de fazer a propaganda abolicionista e arrecadar fundos. O espaço utilizado para tanto foi o teatro, lugar que exercia um papel pedagógico, pois divulgava mensagens, e, assim, formava opiniões, e garantia a performance por elas desempenhada⁴³, visto que no teatro as mulheres tinham sua participação legitimada em local público em razão do uso de um instrumento culturalmente associado à elas, o piano. Uma “boa dama” pertencente a uma família de prestígio social deveria ser educada de maneira adequada, inclusive saber tocar piano, tanto é que uma valsa para ser tocada nesse instrumento, intitulada “Emancipação”, é anunciada para venda no jornal *A Discussão*⁴⁴. Ainda que este anúncio tenha sido feito já no ano de 1885, ele ajuda a demonstrar que, tendo em vista a associação feita entre o piano e as mulheres, é muito provável que essa música era utilizada para o divertimento das famílias nas suas casas. Assim, o teatro representava um espaço de múltiplas possibilidades, era um local de poder, de veiculação da propaganda abolicionista e possibilitava a ampliação de sociabilidades, de acordo com Sant’Anna.

A formação escolar foi uma condição que privilegiou as mulheres abolicionistas. O contato com as artes e a escolarização em instituições formais foram, conforme Sant’Anna, “[...] sinais distintivos da constituição das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos”⁴⁵. É certo que as mulheres de elites tinham maior acesso à educação, seja ela aplicada em escolas particulares ou domésticas, e que isso facilitava o entendimento e a participação em assuntos para além do lar, uma vez que as mulheres eram preparadas para se tornarem boas esposas, mães e donas de casa como dito anteriormente. No entanto, deve-se ter em mente que outras maneiras de atuação política, como por exemplo contribuir com algum dinheiro para comprar a liberdade de algum parente ou conhecido, eram possíveis, pensando em mulheres mais pobres. Mulheres pobres costumavam ter mais liberdade de circulação na cidade, lavavam roupas juntas na beira dos rios,

⁴² SANT’ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). *OPS/S – Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais*, Goiás, vol. 6, p. 68-78, 2006.

⁴³ Ibidem, p. 70.

⁴⁴ *A Discussão*, Pelotas, 2 de julho de 1885, p. 4.

⁴⁵ SANT’ANNA. Op cit., p. 74.

compartilhavam experiências e trocavam muitas informações sobre o cotidiano de seus patrões e dessa forma podem ter catalisado um potencial abolicionismo ao rés do chão, empático aos mais próximos da sua condição social.⁴⁶

O autor utiliza esse argumento da educação formadora de sujeitos políticos ao se referir às mulheres de classes mais abastadas, que é o foco do seu trabalho, mas é importante lembrar das mulheres que estavam à margem dessa lógica e que não foi, por isso, que elas não se manifestavam e contribuíram na luta pelo fim da escravidão. Essas mulheres, ao contrário das moças e senhoras de elites, tinham contato com outras realidades e experimentavam vivências opostas e não menos relevantes. Sant'Anna afirma que a formação escolar posicionou as mulheres como sujeitos políticos abolicionistas e que, por esse motivo, eram autorizadas a frequentar e organizar os eventos no teatro, na medida em que os “bons modos” estavam assegurados. Por fim, o engajamento das mulheres goianas estudadas por Sant'Anna é visto por ele como uma estratégia, uma forma de acessar os movimentos políticos, e sociais eu diria, para serem reconhecidas como abolicionistas, ocupando, deste modo, a posição de sujeitos.⁴⁷

Abordando outra experiência, Karolina Rocha se dedica a pesquisar sobre as mulheres do Espírito Santo, de modo a entender de que maneira as construções femininas da elite foram apropriadas pelos atores sociais envolvidos, homens e mulheres, no abolicionismo.⁴⁸ De acordo com Rocha, a categoria gênero foi usada para conferir ao movimento um caráter menos ameaçador, propiciando a feminização do abolicionismo a partir da inclusão política do gênero feminino. Essa inclusão, permitiu a ampliação dos papéis sociais e políticos das mulheres tendo em vista que, em função de suas aptidões morais enquanto mãe e esposa, foram sujeitos que passaram por uma transição dos espaços, do privado para o público. Assim, desempenharam o que a autora chama de maternidade social, mas, segundo Rocha, a condição de esposa lhes dava maior mobilidade e campo de atuação.⁴⁹ A

⁴⁶ DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁴⁷ Ibidem, p. 76.

⁴⁸ ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba (UFPR), 2015. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>>. Acesso em 17 de nov. de 2019.

⁴⁹ Ibidem, p. 13.

participação no movimento abolicionista ocorreu por três vias: a artística, a filantrópica ou mediada por homens, como pais, maridos e irmãos simpatizantes com a causa.

No Espírito Santo, as mulheres atuaram através de associações mistas, pois em consonância com outras províncias, o Espírito Santo não registrou instituições formadas unicamente por mulheres. Assumindo seus novos papéis sociais e políticos, as capixabas foram integrantes de duas associações, a Associação Libertadora Domingos Martins e Sociedade Literária Abolicionista Pessanha Póvoa, a qual passou a se chamar posteriormente de Club Abolicionista Dr. João Clímaco.⁵⁰ Na primeira as associadas foram mulheres esposas de abolicionistas ou que possuíam algum vínculo familiar com homens participantes. Rocha cita o nome de algumas mulheres atuantes e explica que, no ano de 1884, por exemplo, a Associação Libertadora Domingos Martins organizou três conferências, um Sarau-Literário e teve a ideia de realizar uma quermesse com objetivo de angariar dinheiro para a manumissão de escravos.

Por sua vez, fundado em 1884, o Club ou Sociedade Literária Abolicionista Pessanha Póvoa, diz a autora, parece não ter contestado a presença de mulheres, possivelmente pelo fato delas já estarem atuando na associação citada acima.⁵¹ Nessa entidade, Rocha narra os eventos em que as mulheres fizeram parte, sendo que sua atuação se deu recolhendo fundos para libertação de escravos.⁵² As capixabas estiveram presentes na luta pelo fim da escravidão até a promulgação da Lei Áurea em 1888, tanto é que participaram enfim dos festejos na província do Espírito Santo. Conforme Rocha, “A inserção das mulheres no movimento abolicionista capixaba representou a vitória do discurso de gênero, da retórica abolicionista de caráter feminino, que foi modelar para a conduta dos movimentos emancipacionistas locais”.⁵³

Com o intuito de romper com a visão de que o movimento abolicionista foi composto somente por agentes masculinos, Barreto e Silva utilizam os periódicos

⁵⁰ Ibidem, p. 6.

⁵¹ Ibidem, p. 10.

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem, p. 12.

como fonte para expor a atuação das mulheres.⁵⁴ A partir disso, apresentam associações, a Ave Libertas por exemplo, fundada em 1884, por Leonor Porto, uma mulher que, segundo os autores, não pertencia à elite imperial, e encaixava-se no rol das mulheres trabalhadoras do final do século XIX.⁵⁵ As mulheres atuaram em parceria com os homens ou de modo independente, conforme Barreto e Silva e, nesse sentido, afirmam a importância de conferir às mulheres seu protagonismo⁵⁶, sendo elas essenciais no movimento. Por fim, Barreto e Silva dizem que:

As mulheres se engajaram na luta pela abolição e seus propósitos iam ao encontro da própria liberdade, em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo. Sendo assim, acreditamos que a causa abolicionista foi uma estratégia de visibilidade e de ocupação da esfera pública. Embora os líderes masculinos do movimento abolicionista tenham se referido às mulheres de forma pontual, através de uma visão romântica e subordinadas aos líderes masculinos, vimos que as mesmas não compartilhavam dessas ideias.⁵⁷

Concordo com a argumentação dos autores referidos ao pensar a questão da liberdade tanto para os escravos quanto para as próprias mulheres, mas penso que usar a palavra liberdade seja inapropriado pelo fato de sua participação no movimento ter sido motivada por interesses econômicos das elites, por essas mulheres acreditarem na caridade (religiosa ou não) e serem estimuladas a fazer trabalhos filantrópicos e beneméritos, o que acabou possibilitando a elas acessar o espaço público e o meio político. Contudo, talvez não estava em pauta desconstruir os valores morais, baseados no patriarcalismo, mas certamente isso tudo suscitou às mulheres pensar e questionar sobre sua condição e atuação na sociedade, ato que posteriormente ganhará maior relevo, chegando a reivindicações por direitos e equidade de forma efetiva.

Estes estudos servem de inspiração para o presente trabalho, pois demonstram como as mulheres participaram do movimento abolicionista em lugares distintos, marcados por suas especificidades, mas que delineiam um certo tipo de engajamento, o qual é prescrito pelos valores morais da época e que ditavam de quais maneiras as mulheres podiam atuar. As diversas formas de inserção no

⁵⁴ BARRETO, Maria Renilda N.; SILVA, Wladimir Barbosa. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 14, jul.- out. 2014, p. 50-62.

⁵⁵ Ibidem, p. 54.

⁵⁶ Ibidem, p. 51.

⁵⁷ Ibidem, p. 60.

espaço público percebidas no final do século XIX serão responsáveis, portanto, pela posterior luta pelo fim das desigualdades e por direitos empreendidas no início do século XX. Esse período de transição marca uma tomada de consciência, momento no qual as mulheres irão questionar costumes e buscar mais efetivamente uma vida para além do ambiente doméstico. Assim, as mulheres passam a ter mais acesso à educação, inclusive muitas delas tornam-se professoras, começam a escrever e publicar na imprensa, por exemplo. Os questionamentos iniciados no século XIX e a posterior luta pelo reconhecimento de sua cidadania política, terão como uma das consequências a conquista do sufrágio feminino em 1932 como alega Karawejczyk ao tratar do movimento sufragista brasileiro, focando sua análise sobre duas mulheres, Leolinda Daltro e Bertha Lutz.⁵⁸ Isso não quer dizer que as reivindicações em questão tivessem as mesmas premissas que as existentes hoje em dia.

É possível dizer, portanto, que as mulheres envolvidas no movimento abolicionista experimentaram participar de um movimento social e político pela primeira vez de maneira mais concreta. A participação, por meio de atividades diversas, tanto artísticas quanto filantrópicas, fez com que elas transitassem entre os espaços privados e públicos, o que lhes propiciou contato com pessoas diferentes da família. Assim, essas mulheres começaram a pensar sobre sua posição enquanto mulher na sociedade, da mesma forma que, através da caridade, elas “poderiam ser reconhecidas por sua “utilidade” social”.⁵⁹ Os desdobramentos desse início de questionamentos serão percebidos nas lutas por direitos políticos registradas no início da década de 1930 e que desde então não mais cessaram. Embora as mulheres que estivessem atuando em prol da causa abolicionista não sejam necessariamente classificadas como feministas, hoje, as mulheres feministas lutam abertamente por mais direitos, ou para que os conquistados sejam respeitados e cumpridos, por igualdade e respeito e, nessa perspectiva, este trabalho busca reconstituir o passado de mulheres que foram esquecidas, silenciadas e invisibilizadas por longos anos, a fim de demonstrar o quanto foram participativas, agentes de sua própria história em um capítulo importante da história do país.

⁵⁸ KARAJEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. *Locus*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2004, p. 329.

⁵⁹ MARTINS, Ana Paula V. A feminilização da filantropia. *Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, 1. sem. 2015, p. 23.

CAPÍTULO 2 - “É Pelotas! Salve, Déa!”: análise da participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas

O movimento, levando em conta as fontes consultadas, foi discutido em Pelotas não apenas dentro das instituições políticas, mas em reuniões, assembleias, ou seja, os chamados *meetings*, marcados em locais públicos e nas residências de homens envolvidos. O grande ponto de encontro entre os simpatizantes da causa foi a Bibliotheca Pública Pelotense possivelmente em razão da sua localização central, e ainda, devido à receptividade que o local tinha para com a questão dos cativos, oferecendo o espaço inclusive para aulas noturnas destinadas também aos negros desde 1878, data da inauguração do curso de alfabetização.⁶⁰

É inquestionável a relevância das instituições formais, como a Câmara e o Senado, para o andamento das leis emancipacionistas de 1871 e 1885 e demais tomadas de decisões. Segundo Joseli Mendonça, “a abolição da escravidão no Brasil se fez primordialmente pelo encaminhamento parlamentar e pela definição de uma legislação emancipacionista”.⁶¹ Logo, menosprezar a atuação dessas instituições não é o indicado, até porque foi por meio das leis outorgadas no Parlamento que muitos escravos conseguiram assegurar a liberdade ao confrontar seus senhores na Justiça. Apesar disso, a autora não concorda com a perspectiva de que a abolição nesses lugares, compostos majoritariamente por homens das elites, tenha se tornado uma realidade pela atuação dos “de cima”, pois havia dentre esses homens, militantes da causa que levavam para dentro do Parlamento as reivindicações das ruas.

Os atores sociais que agiam nas ruas, nos clubes, centros e demais associações abolicionistas com certeza ajudaram a pressionar o mais alto escalão político a não continuarem apáticos, fazendo vistas grossas para a situação. O andamento via Parlamento, por sua vez, propiciou que o movimento não saísse fora do controle, tomando proporções violentas e que ameaçasse a elite escravocrata do país.

⁶⁰ LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. *Dicionário de História de Pelotas* [recurso eletrônico]. 3. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2017, p. 36.

⁶¹ MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

Quanto às origens do movimento abolicionista, Angela Alonso afirma que ele antecede a atuação de Joaquim Nabuco e o ano de 1879, período em que este ingressou no Parlamento e José do Patrocínio assumiu a direção da Gazeta da Tarde, pois desde 1850 se tem registrado a presença de associações antiescravistas e de manifestações coletivas contra a escravidão que aumentaram na segunda metade dos anos 1860, isto é, antes da Lei do Ventre Livre.⁶² Dentre os eventos de protesto abolicionista elencados por Alonso, e as ações realizadas dentro de cada grupo, é possível dizer que Pelotas experimentou todos eles. O primeiro evento diz respeito às ações institucionais, como ação do poder executivo, podendo este evento ser ilustrado pela proposta do vereador Saturnino Epaminondas de Arruda de revogar o artigo de posturas, o qual punia com 50 a 100 açoites os escravos que estivessem no espaço público causando desordens.⁶³

Dentre várias possibilidades de manifestações públicas em espaços fechados, talvez o *meeting* abolicionista tenha sido o evento mais recorrente desse tipo, sendo inclusive o Centro Abolicionista fruto de um encontro; e a criação dessa instituição um ato que já exemplifica o evento de ação de difusão. As quermesses e bazares faziam parte das manifestações públicas em espaço aberto e, com isso, as mulheres pelotenses fizeram doações para ambos os eventos, para a quermesse realizada em Porto Alegre e o bazar de prendas organizado em Pelotas. Em relação às ações simbólicas, a libertação de escravo realizada para comemorar um aniversário, o que Angela Alonso chama de “politização de rituais da vida privada”, também foi uma prática localizada nas fontes. As ações diretas correspondem, dentre outras atividades, às libertações de territórios e, em Pelotas, as comissões do Centro Abolicionista ficaram responsáveis por libertar determinadas ruas da cidade. Este trabalho consistia em direcionar membros da entidade às casas daquelas pessoas que possuíam escravos e convencê-las a conceder liberdade a eles. Em tom mais radical, as ações de confrontação são aquelas representadas pela desobediência civil e pelo enfrentamento. Nesse aspecto, o mais próximo disso

⁶² ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos*. CEBRAP. 100. Novembro 2014, p. 115-137.

⁶³ *A Discussão*, Pelotas, 23 de abril de 1881, p. 2.

talvez seja oferecido pela historiografia, conforme demonstra Beatriz Loner⁶⁴ em seu texto, o qual analisa uma revolta escrava, pois nas fontes utilizadas não foram encontradas ações dessa ordem.⁶⁵

O abolicionismo foi impulsionado no Brasil em função do discurso sobre o atraso em termos econômicos e humanitários que a escravidão representava. Por isso, parte da propaganda se detinha a publicar textos na imprensa sobre a situação econômica do país, evidenciando os benefícios advindos do trabalho livre. A persistência da escravidão no território brasileiro por tanto tempo moldou negativamente as relações sociais, algo perceptível atualmente através do preconceito racial existente. Foi expressivo na década de 1880, sendo o ano de 1884 visto como decisivo para o Rio Grande do Sul, conforme demonstra Verônica Monti.⁶⁶ A conjuntura política e o contexto social desse período favoreceram o ambiente para que inúmeras associações fossem criadas e o assunto acabou por se tornar mais latente no dia a dia da sociedade, contribuindo inclusive para que as províncias do Ceará e do Amazonas fossem declaradas livres da escravidão em 1884, assim como o dia da redenção oficial de Pelotas remonta a data de 16 de outubro de 1884⁶⁷. Para que isso ocorresse, uma das formas de contribuição foi a organização de eventos sob responsabilidade das entidades abolicionistas, como quermesses e bazar de prendas, visando a arrecadação de fundos, usados na compra de cartas de alforria, nos quais a presença feminina é significativa.

A imprensa local foi a primeira fonte utilizada para a construção deste trabalho, e, por motivos de organização, penso ser interessante separar algumas das notícias encontradas de acordo com o conteúdo. Nesse sentido, em um primeiro momento, foi possível observar nos periódicos consultados a publicação de textos de cunho explicativo a respeito da escravidão, os quais exprimiam um discurso sobre a representação da escravidão, vista como um atraso para a civilização,

⁶⁴ LONER, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo (Orgs.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.

⁶⁵ Para ver mais sobre os diversos eventos entendidos por Angela Alonso como de protesto abolicionista: ALONSO, op. cit., p. 121.

⁶⁶ MONTI, Verônica. *O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

⁶⁷ Uma abolição que deve ser problematizada, pois não conferiu aos ex-escravos liberdade plena.

ressaltando, por conseguinte, os benefícios advindos do trabalho livre. Matérias, portanto, que tentavam mostrar que a instituição da escravidão não era apropriada em termos econômicos e humanitários para a realidade na qual o Brasil estava inserido. Os debates nas instituições públicas, como na Câmara e no Senado também eram noticiados, assim como discursos preocupados em propagandear o abolicionismo, recorrendo à retórica da compaixão para com os cativos, evidenciando os valores liberais e os princípios do progresso. Assim, uma publicação do dia 11 de abril de 1881 é capaz de exemplificar isso:

A ideia da emancipação caminha a passos largos na consciência do país. O século a impele e o povo aceita-a como se ela caminhasse a vapor. Não é mais um progresso, um protesto, é a reivindicação dos direitos de uma parte do gênero humano, que luta, que arrasta uma vida de trabalhos e que paga muitas vezes com o sangue o direito de viver numa sociedade, que ainda consente com esse sofismo, esse atentado às leis eternas da justiça e da razão social.⁶⁸

No trecho pode-se analisar a tomada de posição do periódico, pois é evidente a defesa a favor da emancipação. Outro fragmento selecionado comunica sobre a expansão das ideias abolicionistas ao dizer: “[...] o que em 1850 chamava-se utopia, o que se chamava loucura, começa a ser entrevisto como verdade pelo prisma da caridade”.⁶⁹ Além disso, refere-se a condição de verdade que o movimento tomou com o passar do tempo, já que as discussões e ideais colocados em pauta nas décadas anteriores eram desacreditadas e reprovadas pela elite política.

Foram verificadas notícias que abrangem assuntos econômicos, sociais e políticos circunscritos à escravidão, informações quantitativas sobre a população cativa, como distribuição geográfica, rural e urbana, e relação entre os sexos⁷⁰, estando estes tópicos passíveis de estudo por outras pesquisas.

Tratando-se de mulheres, o jornal publica com certa frequência as liberdades por elas concedidas a seus escravos, tanto de mulheres residentes em Pelotas quanto de mulheres de diferentes municípios da província do Rio Grande do Sul e senhoras que viviam em outras províncias, sendo esta última, o tipo de notícia mais recorrente. O periódico *A Discussão*, dia 23 de abril de 1881, noticiou que “A senhora D. Joanna Maria da Silva, residentes em Arronches, liberta uma escrava de

⁶⁸ *A Discussão*, Pelotas, 11 de abril de 1881, p. 1. A grafia das notícias foram atualizadas.

⁶⁹ _____, 31 de julho de 1884, p. 1.

⁷⁰ *Onze de Junho*, Pelotas, 15 de abril de 1882, p. 1. (Arquivo da Bibliotheca Pública Pelotense)

48 anos”.⁷¹ Na sequência, dia 19 de maio do mesmo ano, “D. Felicidade Perpetua Barboza Cunha, residente na Paraíba do Sul, concedeu liberdade a 47 escravos, com a condição de prestarem serviço a casa de caridade da cidade”.⁷² Por fim, o jornal publica no dia 27 de julho que “No município de Ponte Nova, S. Paulo, D. Rosa Olympia Ferreira, libertou por testamento todos os seus escravos, que orçam por oitenta”.⁷³ Essas três notícias, das diversas que foram encontradas, seguem um mesmo modelo: todas são de mulheres residentes fora do Rio Grande do Sul e servem para demonstrar que o jornal *A Discussão* dava publicidade também às mulheres que não residiam no Rio Grande do Sul, possivelmente para legitimar essas ações e que elas servissem de modelo para as mulheres pelotenses que as liam.

Embora essas notícias estejam falando sobre a mesma coisa, mulheres libertando escravos, algumas diferenças são percebidas. No primeiro caso, a matéria diz que Joanna Maria deu liberdade a uma escrava somente e não dá mais informações, levando-nos a questionar se essa senhora possuía ou não mais escravos, mas suponho que a resposta seja sim. Enquanto isso, Felicidade Perpetua confere liberdade a um número elevado de escravos, da mesma forma que Rosa Olympia, contudo, a primeira sob a condição de prestar serviço à casa de caridade e a outra não há detalhamento a respeito da condição imposta. Em muitos casos é mais comum a concessão imediata ou com a condição de prestar serviço por um tempo a própria senhora. A atitude de Felicidade Perpetua exposta pelo jornal indica essa constante tentativa de ligar as práticas femininas à filantropia ao encaminhar seus recém libertos à casa de caridade local para trabalhar. Assim, essa senhora estava renunciando a mão de obra de 47 escravos, um número significativo, para ajudar o próximo, aqueles que precisam, isto é, um ato considerado nobre.

Como dito anteriormente, o jornal *A Discussão* também reservava um espaço em suas páginas para mulheres que viviam em outros municípios da província, como pode ser observado nessa notícia do dia 27 de julho de 1881:

⁷¹ *A Discussão*, Pelotas, 23 de abr. de 1881, p. 1 e 2. Arronches é, atualmente, um bairro no município de Maracanaú (CE).

⁷² _____, 19 de maio de 1881, p. 2.

⁷³ _____, 27 de julho de 1881, p. 2.

Na idade de 73 anos de idade faleceu, a 11 do corrente, nas Cacimbinhas a respeitável matrona Sra. D. Joanna Vieira Goulart. Era uma senhora assaz estimada por suas virtudes e nobreza de sentimentos, de que ainda na hora da morte deu exuberante prova, libertando aos seus escravos Irenêo, Clementina e Theodora.⁷⁴

Há nesse tipo de publicação um enaltecimento da figura da mulher pelo uso de adjetivos que reforçam os valores morais esperados de uma mulher no século XIX, ainda mais quando usada a palavra “matrona” para se referir a senhora, atribuindo a maternidade à sua figura. Até mesmo no momento da morte, visto como algo sagrado, essa mulher deu prova da sua bondade, deixando livres três escravos. Residente na cidade de Bagé, por sua vez, “A Sra. D. Joanna Lima de Mello perdoou a parda Joanna de Castro a quantia de310\$000, que ainda lhe restava da soma emprestada para sua liberdade”.⁷⁵ Esta notícia expõe outro tipo de liberdade deferida, a qual foi possível pelo empréstimo concedido à escrava e que, no final, a senhora relevou a dívida contraída.

Mulheres de São Gabriel também aparecem libertando escravos e, conforme a Revista Gabrielense, do dia 1 de janeiro até 24 de junho, as seguintes senhoras concederam cartas de alforria a seus escravos: Maria Gertrudes de Menezes, Umbilina de Moraes Vianna, Rosa Maria de Jesus, Genoveva Martins de Oliveira Cardoso, Maria Izabel Rosaura Cocio e Anna Valle da Silveira.⁷⁶ Em notícia posterior, mais duas liberdades são consentidas, uma delas por Anna do Nascimento Goes e novamente o nome de Maria Izabel Rosaura Cocio é citado.⁷⁷ O jornal também registrou a ação de mulheres residentes em Caçapava e à elas credita a responsabilidade de conduzir o movimento abolicionista na cidade. Assim, em publicação do dia 15 de outubro de 1884, o periódico diz que:

Peremptoriamente desmente - que a mulher brasileira não é escravocrata - o nobre proceder das gentis caçapavenses. Lá quem advoga a ideia da redenção dos cativos é a mulher e não o homem, são elas que constituem clubs abolicionistas. Registrar os nomes de tão gloriosa paladinas e tributar-lhes o verdadeiro mérito. A glória far-lhes-á a apoteose! Seus nomes são: Maria Carmo Saldanha Macedo, Josephina Mercedes Nunes da Fontoura, Rita Cassia Correia, Agueda Francelina Borges, Maria Gregória Gonçalves dos Santos, Ibrahima Correia da Silva, Idalina Gonçalves de Oliveira, Francisca de Paula Ferreira, Albertina de Mello e Costa.⁷⁸

⁷⁴ _____, 27 de julho de 1881, p. 2.

⁷⁵ _____, 11 de agosto de 1884, p. 2.

⁷⁶ _____, 26 de agosto de 1881, p. 2.

⁷⁷ _____, 30 de março de 1881, p. 2.

⁷⁸ _____, 15 de outubro de 1884, p. 2.

A notícia fornece informações importantes que ajudam a entender de quais maneiras as mulheres caçapavenses estavam se organizando para defender a causa abolicionista. O exemplo dessas mulheres desmente a ideia concebida por June Hahner, a qual vê a participação feminina em um plano secundário, pois aqui, ao ocupar lugares de liderança nas entidades, elas estavam atuando diretamente nos debates políticos. Pode-se acrescentar ainda a existência, conforme Verônica Monti, de um Clube Abolicionista feminino em Caçapava, tendo os cargos de presidenta e secretária ocupados por mulheres, Bernardina Lobato Pessoa e Avelina Walmarath, respectivamente.⁷⁹ Essa autora assinala que em São Sepé as mulheres também estiveram a frente do Clube Abolicionista local, sendo esse presidido unicamente por elas. Deste modo, Maria do Carmo Saldanha de Macedo foi a presidenta, enquanto Josephina Mendes Neves ficou encarregada da vice-presidência e Rita de Cássia Correia teve a incumbência de ser a secretária.⁸⁰

O jornal *Onze de Junho* também registra a ação de uma senhora, Maria do Carmo D'Ávila, irmã de Henrique D'Ávila, presidente da província do Rio Grande do Sul entre 1880 e 1881. A notícia não deixa de fazer referência a sua ligação familiar e deixa subentendido que ela possuía muitos escravos:

A respeitável e humanitária Sra. D. Maria do Carmo D'Ávila, digna irmã do Sr. Dr. Henrique D'Ávila, moradora da vila do Herval libertara, sem ônus algum os poucos escravos que possuía dos muitos que já tem alforriado, cujos nome e idades damos em seguida. [...] Acompanham os libertos, oito ingênuos. Um rasgo de tanta humanidade e uma oblação tão santa ao culto da liberdade, basta sua simples enunciação para despertar os mais veementes louvores sociais.⁸¹

As palavras usadas para caracterizar a libertação dos escravos por parte de Maria do Carmo fazem parte de um conjunto de adjetivos que comumente são empregados ao noticiar ações desse tipo. Entretanto, vale notar a correlação feita entre liberdade e o nível do sagrado, bem como a concessão de liberdades é capaz de provocar uma espécie de glorificação, algo visto positivamente pela sociedade e que merece reconhecimento.

⁷⁹ MONTI, Verônica. *O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 112.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 111.

⁸¹ *Onze de Junho*, Pelotas, 14 de maio de 1882, p. 2.

No que diz respeito às mulheres pelotenses, pode-se verificar que as fontes consultadas não oferecem informações detalhadas sobre as formas de participação, embora seus nomes sejam referenciados, assim como certas práticas que serão analisadas a seguir. Foram encontradas notícias de mulheres que estavam libertando escravos, o que pode ser ilustrado pela ação da senhora Gertrudes Martins Silveira por ter concedido carta de alforria a Jorge, de 30 anos de idade, sob a condição de lhe prestar serviço por mais três anos.⁸² Registrada em 16 de maio de 1882, a atitude de Emilia é vista como nobre pelo jornal *Onze de Junho*, o qual tributa a liberdade concedida em função da qualidade dos serviços que Deolinda prestou a sua senhora:

Lê-se na Discussão de ontem: No dia 11 do corrente, nesta cidade, a Exma. Sra. D. Emilia da Silva Barreiros, viúva do Sr. J. da Silva Barreiros, concedeu carta de liberdade sem ônus algum a sua escrava Deolinda, parda, natural desta província. É um ato magnânimo que acaba de praticar tão filantrópica Sra. mostrando-se grata aos bons serviços que essa escrava lhe prestara⁸³.

Por seu turno, Amelia Hartley Antunes, casada com um importante político de Pelotas e, assim sendo, pertencente a uma das mais tradicionais famílias da elite local, e que, posteriormente se tornaria baronesa dos Três Serros⁸⁴, deu liberdade a uma escrava em comemoração ao seu aniversário:

A Exma. Sra. D. Amelia Hartley Antunes, digna e respeitável consorte do ilustrado cavalheiro Sr. Dr. Annibal Antunes Maciel, acaba de praticar uma ação verdadeiramente filantrópica e elevada. Em ação de júbilo, no dia do seu aniversário natalício concedeu carta de liberdade, a uma sua escrava, desistindo igualmente, livre de ônus algum, do serviço de quatro ingênuos, filhos da referida escrava. Atoz tão edificantes resumem em sua simples divulgação o mais nobre elogio⁸⁵.

É evidente a visão que o jornal tenta passar dessa senhora e isso deve ser tomado com cautela. Não só Amelia, mas várias outras senhoras mencionadas

⁸² *A Discussão*, Pelotas, 29 de agosto de 1884, p. 1.

⁸³ *Onze de Junho*, Pelotas, 16 de maio de 1882, p. 1

⁸⁴ Sua antiga casa é, atualmente, sede do Museu Municipal Parque da Baronesa. Segundo a página do museu na rede social Facebook, o local foi doado à Prefeitura de Pelotas pela família Antunes Maciel em 1978. Após quatro anos de reformas, o museu foi inaugurado em 25 de abril de 1982 e quanto ao acervo, conta com itens da própria família, assim como peças de Adail Bento Costa, artista plástico e restaurador responsável pelas obras, doações da comunidade e uma coleção da senhora Antonia Berchon des Essarts Carvalho Sampaio. Disponível em <https://www.facebook.com/pg/museuparquedabaronesa/about/?ref=page_internal>. Acesso em 26 de dezembro de 2019.

⁸⁵ *Onze de Junho*, Pelotas, 3 de janeiro de 1883, p. 2.

neste trabalho certamente estavam concedendo liberdade a um número que não corresponde com o total de escravos que possuíam. A imprensa, no entanto, não deixa de divulgar esses atos e de enaltecê-los, mesmo que as mulheres estivessem libertando apenas um dos inúmeros escravos sob sua propriedade. Nesta notícia o motivo da libertação de uma escrava foi uma comemoração, ou seja, o aniversário da senhora. Nessa perspectiva, foi localizada uma notícia de 14 de março de 1881, na qual a senhora Maria Helena de Jesus, em Minas Gerais, deu liberdade ao escravo Antonio para solenizar o casamento de sua neta.⁸⁶

Em 31 de agosto de 1884, nos salões da Bibliotheca Pública Pelotense, foi criado o Centro Abolicionista de Pelotas. Circulava na imprensa o convite a toda a população para que se fizesse presente, indicando que a reunião estava aberta a receber homens e mulheres, independentemente da classe social. Além da criação da entidade, foram formadas comissões com o intuito de difundir a propaganda abolicionista pelo município de modo mais efetivo. Assim, segundo consta no jornal, o trabalho dessas comissões seria ir até as residências e convencer aquelas pessoas que fossem donas de escravos a libertá-los. Para tanto, contou com a ajuda da Livraria Americana, propriedade de Carlos Pinto & Cia., a qual disponibilizou gratuitamente os materiais necessários para facilitar os serviços, como por exemplo, papéis em geral e cartas de alforria impressas, cabendo às comissões a tarefa de preencher os dados. Com um trabalho mais ágil, o Centro começou a obter resultados, pois as comissões conseguiram dar início a um processo de libertação de determinadas ruas. No momento da formação dessas comissões, constituída por homens, uma composta unicamente por mulheres também foi criada. Desta forma, foram nomeadas Angelica B. da Conceição Filha, Maria das Dores Machado e Maria Francisca A. Gomes da Costa para, conforme o A Discussão, auxiliar o Centro em seus trabalhos.⁸⁷ A notícia do *meeting* abolicionista não informa o tipo de trabalho por elas desempenhado.

⁸⁶ A Discussão, Pelotas, 14 de março de 1881, p. 2.

⁸⁷ _____, 1 de setembro de 1884, p. 1. Monti (1985) afirma que essas três mulheres integraram uma comissão do Clube Abolicionista, fundado em 1881, e não do Centro Abolicionista como foi noticiado no jornal já referenciado. Ainda, ao invés de Angelica, a autora cita o nome Angelina, da mesma forma que Osório (1997).

No decorrer da pesquisa, esses nomes foram procurados em outras publicações envolvendo mulheres no abolicionismo, mas nada além disso foi encontrado a fim de explicar de que maneira essas mulheres chegaram até o Centro, como foram eleitas para a comissão e qual a função delas, por exemplo. Das três mulheres integrantes, somente a identidade de uma delas foi possível conhecer a partir do trabalho de Débora Clasen, dedicado a estudar a família Antunes Maciel. Maria Francisca foi filha de Flora Felisbina e de Francisco Antunes Gomes da Costa, os barões do Arroio Grande.⁸⁸ A filiação ajuda a entender a qual família essa senhora pertencia, uma das famílias da elite pelotense, possuidora de prestígio econômico e social. Em ocasião do aniversário de Maria Francisca e pelos bons serviços prestados à família, seus pais libertaram Antônia em 1872, sendo esta escrava a ama de leite da menina quando criança.⁸⁹ Este fato mostra que a família dessa senhora era proprietária de escravos, não impedindo que alguns membros participassem do movimento abolicionista, tanto é que o primo do pai de Maria Francisca, Leopoldo Maciel, presidiu a sessão responsável pela criação do Centro Abolicionista.⁹⁰ Ainda, a esposa de seu tio Aníbal Antunes Maciel Júnior, Amelia, estava libertando uma escrava.

Acredito que essa comissão de mulheres do Centro Abolicionista seja o mais próximo que as pelotenses chegaram dos debates políticos e da cena pública no movimento abolicionista, levando em consideração tudo aquilo que foi possível localizar nas fontes até o presente momento. Elas estavam atuando concomitantemente com os homens da mesma instituição, mesmo que o lugar reservado a elas seja minoritário, mas algo que, para a realidade vivenciada no final do século XIX, mostrava-se relevante. Apesar de não ter conhecimento dos papéis por elas desempenhados no Centro Abolicionista, outras experiências e a historiografia oferecem condições de lançar algumas suposições, já que as mulheres nesses espaços organizavam apresentações artísticas e eventos beneficentes,

⁸⁸ PAULA, Débora Clasen de. *Família, guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX*. (Tese de doutorado em História – UFRGS), 2019.

⁸⁹ Carta de alforria concedida em Pelotas, dia 31/01/1872, registrada em 31/01/1872 (Livro 8, p. 66v). In: Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. v., 1. Porto Alegre: CORAG, 2006.

⁹⁰ *A Discussão*, Pelotas, 1 de setembro de 1884, p. 1

sendo esta última ocupação demonstrada pela atuação das pelotenses em 1882 e 1884.

Diversos nomes femininos são elencados nas notícias referentes às doações de objetos realizadas às entidades abolicionistas para eventos organizados com o objetivo de arrecadar fundos. Em um primeiro momento, no ano de 1882, as pelotenses ofertaram objetos variados para o bazar de prendas do Clube Abolicionista da cidade, o qual foi remarcado diversas vezes a pedido das famílias a fim de reunir e preparar os mimos, sendo o dia 29 de junho a data final acordada para a realização do bazar. Foi possível observar um grande número de mulheres que contribuíram, totalizando, até o momento, 77 senhoras, dentre elas, uma escrava, uma anônima e três mulheres de Rio Grande. Nomes masculinos também aparecem nas listas de doação, mas nada comparado às mulheres em termos quantitativos. Com relação aos objetos ofertados, a maior parte diz respeito a utensílios domésticos, como almofadas de cetim, vasos, bouquet de flores, além de peças do vestuário feminino, os porta pós e extratos são exemplos disso, e doações em dinheiro.

Chama a atenção certos itens, como o “[...] primoroso quadro bordado a seda e ouro, tendo no centro o retrato do imortal abolicionista Visconde do Rio Branco, e com a seguinte dedicatória, bordada a ouro: Ao Club Abolicionista - Honra e Glória.”⁹¹, oferecido pela senhora Colleta Padilha. Ainda nessa perspectiva, Maria Izabel Gonçalves Detroyat doou um quadro com as armas da República riograndense⁹² e Leonor Piot ofereceu uma camélia artificial.⁹³ Os três objetos possuem ligação com o abolicionismo, uma vez que o primeiro traz a figura do visconde do Rio Branco, político responsável pela tramitação de uma das leis emancipacionistas, a Lei do Ventre Livre, sancionada em 1871, e demonstra que, se não o quadro, pelo menos o bordado foi confeccionado exclusivamente para o Clube Abolicionista. O outro quadro, caracterizado pela presença das armas republicanas, indica a relação existente entre dois movimentos, o abolicionismo e o republicanismo, uma vez que aquelas pessoas declaradas a favor da abolição da

⁹¹ *Onze de Junho*, Pelotas, 24 de fevereiro de 1882, p. 2

⁹² _____, 17 de junho de 1882, p. 1.

⁹³ _____, 28 de junho de 1882, p. 2.

escravidão eram, em sua maioria, republicanas ou vice e versa. Por último, a flor doada por Leonor foi um símbolo do movimento abolicionista, já que as camélias representavam a liberdade⁹⁴. Outros artigos, como pousa papéis, penas, limpador de penas, marcador de páginas e estojo de metal para escritório fazem alusão ao mundo das letras, revelando, com isso, o contato que essas mulheres tinham com a educação.

Deixando de lado a análise dos objetos ofertados para o bazar de prendas, cabe aqui observar o nome das mulheres que participaram. Mulheres da mesma família fizeram suas doações, como as senhoras Maria Carolina Olivé, Maria da Conceição Olivé e Maria José Olivé. Além disso, algumas mulheres doaram mais de uma vez, tanto é que Balbina Lima entregou ao Clube uma quantia em dinheiro, conforme publicadas as doações dia 28 de janeiro e, meses depois, ofereceu uma xícara de porcelana fina dourada. Outras treze mulheres são mencionadas duas vezes, incluídas as residentes em Rio Grande e os objetos enviados são os mesmos. Com isso, ou elas doaram itens iguais em duas ocasiões distintas ou então o jornal acabou publicando novamente o que já havia sido enviado.

A dificuldade de visualizar mulheres de camadas mais desfavorecidas é recorrente. No entanto, em uma das publicações sobre o bazar de prendas, uma escrava é mencionada, sendo isso algo surpreendente tendo em vista que até o momento não havia sido encontrada nenhuma menção a escravas participando do movimento, apesar de saber que muito provavelmente elas foram atuantes. O nome de Maria Joaquina não vem acompanhado de sobrenome algum, ao invés disso, aparece seguido pela palavra escrava entre parênteses. Embora seu nome venha marcado por uma informação que a exclui das demais senhoras da elite, hoje, para os historiadores e historiadoras, esta demarcação referente a sua condição é valiosa, pois sem ela, jamais saberíamos quem foi Maria Joaquina. Além disso, enquanto os nomes das outras mulheres não apresentam algo que os caracterize, o que antecede o nome de Maria Joaquina é o adjetivo parda. Interessante reparar no objeto doado por ela: uma almofada de cetim cor de rosa. Sendo um dos objetos mais frequentes, as almofadas de cetim podem fazer referência a um universo de

⁹⁴ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2003.

sofisticação e elegância e isso me leva a pensar se essa escrava teria realmente feito a oferta por si própria, mas também não se pode descartar que sua senhora teria levado um item a mais e creditado ele à Maria Joaquina. Essa última interpretação não retira o protagonismo de Maria Joaquina, pois a sua atuação parece ter tido algo de especial, caso contrário não teria se destacado ao ponto de ser mencionada no jornal. Maria Joaquina aparece na listagem pela primeira vez em 24 de fevereiro, e em 17 de junho, o mesmo nome foi registrado sem mais informações, como cor e condição, contudo, o objeto é o mesmo.

Outro caso pertinente para pensar sobre o envolvimento de escravos no bazar é a indicação da condição de Victorino Dias de Castro enquanto ingênuo. Seu nome aparece em notícia do dia 17 de junho e, no dia seguinte, o jornal apresenta outras mulheres que enviaram objetos para o evento, uma delas de nome Matilde Dias de Castro, o que pode sugerir que essa mulher seja escrava, mas por algum motivo não foi assim identificada.

Vale acrescentar que certamente a publicidade dada às senhoras que doaram objetos para o evento do Clube Abolicionista garantia a elas um status diferenciado, dado que estavam envolvidas em uma causa filantrópica, e servia para encorajar outras mulheres a fazerem o mesmo, pois, assim, seus nomes estariam registrados nas páginas dos jornais em função de uma obra humanitária. Deve-se ainda retornar às senhoras de Rio Grande, as quais enviaram artigos para o bazar, pois esse gesto mostra que as ideias abolicionistas estavam circulando na região.

Em 1884, as pelotenses atuaram em outro evento abolicionista, mas agora na capital. As mulheres residentes em Porto Alegre foram responsáveis por uma quermesse, uma festa que visava angariar fundos, formada por 13 tendas, cada qual identificada com nomes de homens reconhecidos no campo político.⁹⁵ Assim, em 7 de setembro de 1884, uma dessas festas foi realizada na Praça Pedro II e as mulheres de Pelotas não deixaram de participar, pois contribuíram enviando objetos para serem comercializados. Em um primeiro momento, apenas uma senhora doou, Ignacia Parafita de Carvalho⁹⁶, depois *A Discussão* divulga mais duas listas de

⁹⁵ *A Discussão*, Pelotas, 11 de setembro de 1884, p. 2.

⁹⁶ _____, 21 de agosto de 1884, p. 2.

doações, a primeira possui 4 mulheres⁹⁷ e a última esse número aumenta, contabilizando 8 mulheres⁹⁸, totalizando, assim, 13 senhoras que contribuíram para a festa, e os itens seguem o mesmo padrão: peças do vestuário feminino ou utensílios domésticos.

O que de fato deve ser analisado nessa atitude é a possível existência de redes de sociabilidade entre essas mulheres. No entanto, tal fato precisa ser estudado com mais profundidade, em razão de não haver informações que possam mostrar como esse relacionamento era estabelecido. Portanto, o envio de objetos por parte das pelotenses ao evento liderado pelas mulheres da capital indica a possibilidade de contato entre elas e responde, em partes, uma das perguntas formuladas no início deste trabalho, que questiona a existência de redes de sociabilidade entre mulheres pelotenses com mulheres de outros municípios da província. Contudo, até o momento, não foi factível saber se as mulheres de Pelotas destinavam seus objetos para uma tenda específica ou não, por exemplo. Mas o que fica evidente é que elas estabeleciam contatos e sabiam da atuação abolicionista umas das outras.

Uma forma alternativa encontrada para estimular a participação das mulheres no movimento abolicionista foi a publicação de textos de autoria feminina. A tentativa tinha o objetivo de aproximar as mulheres do movimento a partir de uma fala direta, de alguém que possuía credibilidade para tanto e que fosse capaz de usar as palavras certas para mobilizar o maior número possível de senhoras para a causa. O jornal *A Discussão* publicou o apelo de Julieta Monteiro, deixando explícito seu desejo: o de incentivar outras mulheres a aderirem ao movimento e espera que em breve possa registrar em suas páginas algum feito nesse sentido. Assim, Julieta diz o seguinte:

[...] venho neste momento, em nome da pátria, pedir-vos que a auxilieis na caridosa cruzada que encetou. [...] é necessário que nós, as mulheres, não nos deixemos ficar na inação tão imprópria de corações sensíveis como os nossos, ante o sofrer os míseros cativos. Não cabe por certo e infelizmente, às intrépidas gaúchas, o dar o exemplo de concorrer para a redenção das desgraçadas vítimas do jugo do cativo, visto que na heróica província do Ceará, no formoso Amazonas, na corte e ultimamente na belíssima capital de nossa cara província, um elevado número de senhoras se tem erguido para bradar bem alto à Gazeta da Tarde: - Não, a mulher brasileira não é

⁹⁷ _____, 02 de setembro de 1884, p. 1.

⁹⁸ _____, 13 de setembro de 1884, p. 2.

escravocrata. - Sigamos, porém, a estrada por elas abertas, avancemos e batalhemos também. [...] Quem negará uma esmola a qualquer de vós, que estenda a mão a implorá-la, para libertar das guerras da escravidão, um desses míseros entes que nasceram como nós e que a fatalidade colocou na triste condição de escravo? Ninguém, por certa. [...] Em Porto Alegre deve realizar-se a 7 de setembro do corrente ano, uma quermesse. Elegantes filhas das mais nobres famílias da capital, venderão em suas tendas um sem número de objetos, cujo produto será aplicado para ao fim que vos falo. Outras jovens tem esmolado e tendo sido recebidas com entusiasmo, tem conseguido já grande parte de seus caridosos anhelos. Imitai-as: uni-vos todas e percorrendo as ruas desta cidade, mostrai-vos denodadas, generosas, caritativas, verdadeiras riograndenses [...].⁹⁹

A fala de Julieta tem muito a nos dizer sobre os meios pelos quais as mulheres tornavam-se participativas do movimento abolicionista, mas não somente esse aspecto. A posição do periódico é evidente ao usar o discurso dela, pois, embora ele seja destinado a todas as mulheres do Rio Grande do Sul, o A Discussão o publica para atingir as mulheres de Pelotas. Quanto a fala propriamente dita, pode-se perceber o recurso sentimental empregado, relacionando a ação feminina com a emoção e não com a razão, sendo esta pertinente aos homens. O trabalho destinado às mulheres no seio do movimento, segundo o apelo de Julieta, é o da arrecadação de recursos, já que, levando em conta a respeitabilidade e a integridade associadas a elas, dificilmente será negada a esmola, ainda mais quando salientada às misérias da escravidão. Faz alusão aos feitos das províncias pioneiras em libertação de escravos, o Ceará e depois o Amazonas, e mostra que Porto Alegre dá passos em direção ao mesmo caminho.

Porém, a afirmação trazida por ela, de que muitas mulheres têm recorrido à imprensa para declarar que a mulher brasileira não é escravocrata, é reveladora da visão que se pretendia passar a respeito do dito belo sexo. O trecho “Não, a mulher brasileira não é escravocrata” contradiz tudo aquilo que foi apresentado anteriormente, pois as fontes mostram que inúmeras mulheres estavam libertando escravos, ato inclusive caracterizado como generoso, nobre, humanitário, filantrópico e digno advindo das mulheres. Viu-se que em vários lugares do país isso estava acontecendo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais e tantas outras províncias. No Rio Grande do Sul também, em Bagé, São Gabriel, Pelotas, Herval, dentre outras. Portanto, dizer que as mulheres brasileiras não eram escravocratas é

⁹⁹ _____, 28 de agosto de 1884, p. 1. O texto integral se encontra anexado no final deste trabalho.

uma forma de desassociar a figura da mulher com uma instituição considerada retrógrada, tanto econômica quanto socialmente, e uma forma de evidenciar os valores morais da época. No final, ela cita a quermesse do dia 7 setembro em Porto Alegre, salienta que as tendas serão dirigidas por jovens da elite local e, usando-as como modelo, sugere que as outras mulheres da província também participem de alguma maneira do movimento.

Textos de Etelvina Amalia de Siqueira, residente em Aracaju, também foram publicados pelo A Discussão. Isso expressa a circulação das ideias abolicionistas ao longo do território, tanto é que os escritos de uma mulher residente em um local distante do Rio Grande do Sul estavam chegando em Pelotas e sendo noticiados pela imprensa. O periódico, além de convidar Etelvina para colaborar com outros escritos seus, divulga a carta enviada por ela ao redator Arthur Lara Ulrich¹⁰⁰ e, depois, publica um texto de sua autoria intitulado “Amazonas”. Entre os assuntos tratados na correspondência, Etelvina diz que uma reforma é necessária na sociedade brasileira, pois esta se encontra, em suas palavras, “[...] degenerada pelas banalidades corrosivas que a absorvem, avança para a anarquia, assim social, como doméstica”. De acordo com a sergipana, quem poderá fazer a mudança é a mãe de família, sendo esta a única fonte possível para tanto, pois nem o estadista, nem o clero é capaz de fazê-la em função dos problemas que os atravessam. Importante reparar que a figura maternal é novamente ressaltada, ela não usa a palavra “mulher” e sim “mãe”, e não qualquer mãe: ela deve ser uma mãe de família, possuidora de valores morais e, por isso, respeitada na sociedade. Isso lembra a contribuição de Karolina Rocha ao falar sobre a maternidade social, função desempenhada pelas mulheres explicada no capítulo anterior. Assim, a qualidade de ser mãe mostra-se uma prerrogativa no contexto social e político do final do século XIX. Por fim, após declarada abolida a escravidão em Pelotas em 16 de outubro de 1884,¹⁰¹ Etelvina escreve um poema¹⁰² sobre a abolição que não houve¹⁰³ na cidade,

¹⁰⁰ Arthur Lara Ulrich foi redator do jornal A Discussão. Além disso, a publicação inicia fazendo referência ao texto de Etelvina, chamado “A escravidão e a mulher”, o qual foi transcrito pelo periódico em 17 de julho de 1884. Entretanto, a edição desta data não está disponível no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.

¹⁰¹ Pelotas foi declarada livre oficialmente em 16 de outubro de 1884, mas sabe-se que na prática isso não ocorreu, como mostra Beatriz Ana Loner em 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In: GILL, Lorena; KOSCHIER,

exaltando o momento da redenção. A obra serve para comemorar o feito pelotense e, por isso, apresenta um tom eufórico de modo a glorificar a cidade por isso. Uma estrofe selecionada diz o seguinte:

É a fila (sic) dos valentes
Que calça os pés a opressão
Na luta santa da ideia!
Mais um topázio que brilha,
De luz que ofusca e deslumbra!
É Pelotas! Salve, Déa!¹⁰⁴

Além da imprensa local, outros tipos de fontes foram utilizadas para este trabalho, tais como as cartas de alforria, organizadas em dois volumes pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande Sul.¹⁰⁵ As liberdades concedidas em Pelotas, registradas desde 1832, encontram-se no primeiro volume. O recorte temporal para análise foi de 1881 a 1884 e, nesse espaço de tempo, observou-se que as mulheres, algumas acompanhadas de seus maridos, possuíam escravos e, em alguns casos, estavam concedendo liberdade plena a eles. Este documento, diferentemente da imprensa, é capaz de apresentar mulheres das mais variadas classes sociais tendo em vista a comparação com os jornais, os quais fazem um julgamento de valor maior sobre aquilo que será publicado, já que eles oferecem divulgação dos nomes envolvidos acompanhados de adjetivos que conferem prestígio social. As cartas de alforria, segundo Eduardo Paiva, “são componentes da escravidão”, pois estão presentes desde o início da escravidão no Brasil e só acabam com a abolição.¹⁰⁶ O autor afirma também que pode ter existido escravidão sem que elas fossem utilizadas, mas, em contrapartida, esses documentos não existiriam sem a instituição da escravidão.¹⁰⁷ As liberdades, salienta Eduardo Paiva, foram obtidas de formas variadas, dado que:

Paulo (Orgs.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.

¹⁰² *A Discussão*, Pelotas, 19 de dezembro de 1884, p. 1. O poema completo “A redenção de Pelotas” encontra-se anexado no final deste trabalho.

¹⁰³ Parafraseando a já referida Beatriz Ana Loner.

¹⁰⁴ *A Discussão*, Pelotas, 19 de dezembro de 1884, p. 1.

¹⁰⁵ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : CORAG, 2006.

¹⁰⁶ PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: Gomes, Flávio dos Santos; Schwarcz, Lília Moritz (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 92.

Para além das liberdades compradas, houve aquelas conseguidas de outras maneiras: dadas gratuitamente, legadas em testamentos e prometidas sob condições. Não obstante serem concedidas, as alforrias foram em boa parte inicialmente negociadas entre escravo e senhor, no dia a dia da relação. Bons serviços prestados, obediência e fidelidade, submissão, mas também sedução, afeto e confiança mútua foram aspectos valorizados no cotidiano escravista urbano e resultaram em “concessões”¹⁰⁸.

Esse trecho dialoga muito com o segundo capítulo deste trabalho, o qual pretende analisar as fontes que indicam que as mulheres foram atuantes no movimento abolicionista em Pelotas, sendo que as concessões de liberdade são frequentemente publicadas na imprensa, e pode-se notar a diversidade das condições impostas. Interessante pensar na função que essas cartas têm para além da liberdade, pois, em conformidade com o autor, elas ajudam a sociedade escravista a ganhar mobilidade social.¹⁰⁹

As cartas de liberdade analisadas foram aquelas que tinham mulheres como proprietárias de escravos e mulheres que pagaram pelas liberdades. No primeiro caso, entre 1881 e 1884, 43 senhoras foram identificadas. Dentro deste número, uma havia falecida, duas receberam escravos via herança, seis dividiam a posse com seus respectivos maridos, duas faziam o mesmo com outra mulher e uma possuía o pronome de tratamento “Sra.”, mas o nome é masculino (Antônio). Dessas seis senhoras que aparecem com os cônjuges, há uma alternância na ordem da escrita, pois duas delas vêm à frente do nome masculino. Esses dados se correlacionam com as afirmações já feitas no decorrer deste trabalho, indicando que as mulheres eram donas de escravos e, que por motivos e condições variadas, estavam libertando-os.

Além disso, em duas das cartas de alforria registradas, uma mulher chamada Josefa de Campos pagou o valor necessário para a libertação de dois escravos. Assim, João, do Congo, 50 anos de idade, propriedade de Flora Conceição Crespo, obteve sua carta por meio do pagamento realizado por essa senhora. Em seguida, Esperança, de 19 anos de idade, sem identificação do local de origem e em posse de Manoel Ferreira Batista, também teve sua liberdade concedida em função da atitude de Josefa. A ação de Josefa de Campos é instigante ao pensar por que essa

¹⁰⁸ Ibidem, p. 94.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 95.

mulher libertou escravos que nem seus eram. Ainda não foi possível descobrir quem foi Josefa, mas acredito que ao fazer isso em pesquisas futuras, será possível saber quem foi Josefa e, com a identidade revelada, entender a razão pela qual praticou esse feito e em que sentido esteve empenhada no movimento abolicionista, ou não.

O envolvimento das mulheres no movimento abolicionista pode ser verificado a partir das colocações feitas até aqui, as quais tentaram demonstrar que elas estavam se inserindo paulatinamente no meio político, e, conseqüentemente, nos espaços públicos. No entanto, isso não quer dizer que os assuntos relacionados ao abolicionismo só eram tratados nesses espaços. A figura 1 é capaz de elucidar isso, embora não seja referente às mulheres de Pelotas, pois denota que os debates estavam sendo levados para o interior das casas de família.

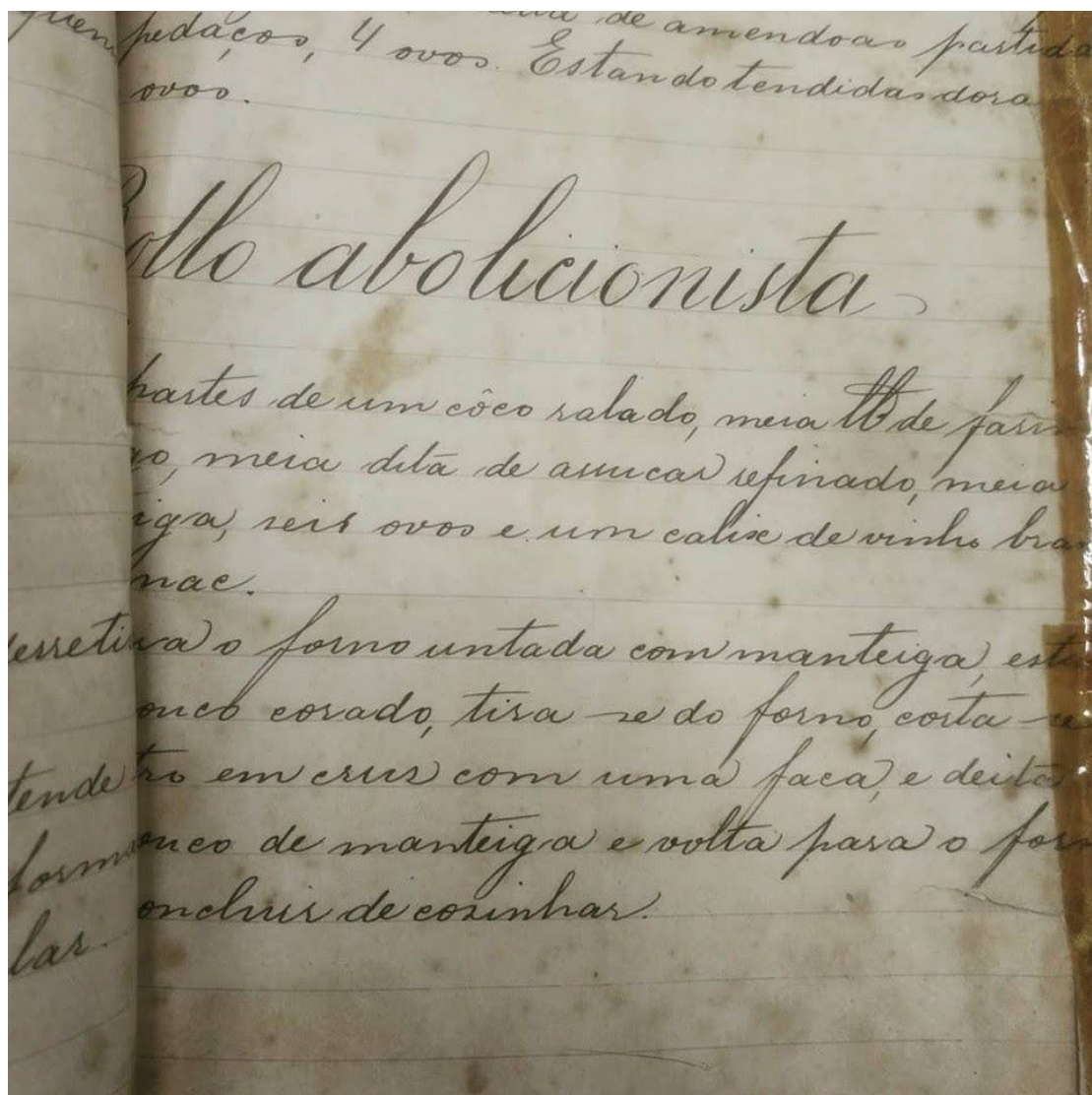


Figura 1 - Fotografia da receita do bolo abolicionista.

Fonte: Deise Shell (2019).¹¹⁰

A receita de bolo permite pensar a respeito do processo de politização pelo qual a vida privada estava passando nas décadas finais do século XIX, como afirma Angela Alonso.¹¹¹ Apesar da existência da hierarquia de gênero na sociedade imperial, o movimento conseguiu atingir o interior das residências, onde a escravidão era forte e ao mesmo tempo silenciosa.¹¹² Observa-se que a receita não difere de outras receitas comumente conhecidas, é nada mais do que uma receita de bolo normal. Porém, o fato de uma senhora registrar em seu livro de receita uma que faz alusão ao abolicionismo é um indicativo de que as discussões sobre a

¹¹⁰ A fotografia foi cedida por Deise Shell.

¹¹¹ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 148.

¹¹² Idem.

abolição estavam penetrando a vida cotidiana das pessoas, em especial no espaço privado. Era comum que esses livros de receitas fossem produzidos ao longo das gerações, passando uma tradição de mãe para filha, e assim sucessivamente. É, por isso, que esta receita se torna uma fonte importante para propor reflexões acerca de como questões políticas e sociais adentravam as casas e tornavam-se parte do dia a dia das famílias.

A figura 2, retirada do livro de Verônica Monti, mostra a bandeira do Clube Abolicionista de Pelotas, sendo esta confeccionada por mulheres e oferecida à associação.



Figura 2 - Fotografia da bandeira do Clube Abolicionista de Pelotas.

Fonte: Verônica Monti (1985, p. 128).¹¹³

¹¹³ A figura encontra-se na obra já referenciada “O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884”. A autora não informa onde localizou a bandeira.

De acordo com referida autora, o bordado foi feito por senhoras e senhoritas da sociedade e apresenta alguns significados, assim como certos detalhes são por ela descritos. Verônica Monti diz na legenda da figura que o retângulo é de seda na cor verde, o losango é branco, uma menção à caridade e à esperança, a cruz é verde e o bordado baixo na cor preta. Por fim, as letras R e C, iniciais de “redenção dos cativos”, são formadas por algemas arrebitadas. A bandeira também possui relação com espaço privado por ter sido, provavelmente, confeccionada na casa de uma ou mais mulheres do grupo que a ofereceu ao Clube, cujo trabalho era associado às mulheres, já que uma boa esposa e mãe deveria ser prendada, ou seja, estar habilitada aos afazeres domésticos, entre eles costurar e bordar. Isso me leva a pensar no momento que possa ter sido compartilhado por elas, um momento de conversas, de trocas, enfim, de sociabilidade que a produção da bandeira lhes oportunizou.

É possível afirmar, a partir das análises feitas ao longo deste capítulo, que muitas mulheres envolvidas no movimento abolicionista eram pertencentes a famílias simpatizantes com a causa e/ou que estabeleceram matrimônio com homens também favoráveis à abolição da escravidão, e, nesse sentido, a identidade de Maria Francisca é capaz de confirmar isso, tendo em vista a família que pertencia, sendo filha dos barões do Arroio Grande. Entretanto, não significa que outras tantas podem ter ido contra as posições de familiares e maridos, algo que certamente traria maiores dificuldades às suas ações.

As fontes consultadas corroboram com a ideia de que as mulheres pelotenses participaram do movimento abolicionista com maneiras e intensidades variadas. Isso porque a imprensa mostra as colaborações feitas ao bazar de prendas do Clube Abolicionista da cidade de Pelotas e na quermesse organizada na capital da província. Mesmo fazendo um esforço para não romantizar tais participações, é provável que se as mulheres não estivessem dispostas para tanto, os eventos não teriam surtido efeito parecido e até mesmo a realização deles teria sido comprometida. Além disso, nomeação de três senhoras para compor uma comissão no Centro Abolicionista sinaliza para o fato de que elas estavam presentes nas reuniões e que a instituição julgava importante tê-las como integrantes. As inúmeras liberdades concedidas pelas mulheres são relevantes, uma vez que essa

atitude era vista como positiva moralmente, elevando, assim, o prestígio dessas mulheres, não eliminando, evidentemente, que em alguns casos elas realmente estão agindo em prol da abolição.

Todavia, após a festa da redenção em Pelotas, o jornal publica uma nota de agradecimento do Centro Abolicionista aos diferentes setores sociais que participaram do movimento, evidenciando o papel da imprensa e a colaboração dos “editores-livreiros Srs. Carlos Pinto & C.”, por exemplo, e quanto às mulheres, agradece por ter enriquecido a comemoração com apresentações artísticas, dizendo que “Hipoteca a sua eterna gratidão às Exmas. jovens que deram verdadeiro realce aos festejos com a representação das Bellas Artes, provinciais do Brasil, nossa bela cidade e a liberdade”.¹¹⁴ Assim, pode-se perceber que, apesar das mulheres terem participado do movimento abolicionista na cidade, seja enviando objetos para o bazar de prendas, seja libertando escravos, o próprio Centro Abolicionista que criou uma comissão somente de senhoras para ajudá-lo, não reconhecia seus feitos e o quanto foram importantes para que a própria instituição atingisse seus objetivos.

¹¹⁴ *A Discussão*, Pelotas, 20 de outubro de 1884, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das mulheres, apoiada na categoria gênero para pensar as relações estabelecidas entre os sexos, as quais também podem ser pautadas pelo poder, possibilita que processos históricos possam ser vistos por outra perspectiva, além de ressignificar o passado das mulheres propriamente ditas. O movimento abolicionista apresenta, de acordo com cada local onde ocorreu, suas especificidades e oferece um horizonte de oportunidades para diferentes estudos. Levando em consideração a afirmação de Angela Alonso, de que o movimento abolicionista foi um movimento de caráter social, ele pode ser tomado tanto como um processo histórico, quanto pelo viés conceitual.

Assim, este trabalho se propôs a compreender a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas, tratando este último como um conceito, pelo fato de considerar as mulheres como atores sociais e em função dos locais de atuação terem sido variados, mas sem deixar de localizar historicamente essa participação dentro de um processo de luta pelo fim da escravidão no Brasil. Por meio das fontes, a imprensa local e as cartas de alforria, foi possível verificar que as mulheres atuaram de forma diversa, não havendo, nesse sentido, uma maneira única ou um só papel desempenhado por elas. As mulheres de elite foram as que mais apareceram, tendo em vista o tratamento que recebiam, principalmente pelo jornal. Embora não tenha existido um modelo de participação, pode-se dizer que a grande maioria das práticas femininas foram atravessadas pela filantropia. Isso porque no final do século XIX, conforme já demonstrado por Ana Paula Martins, houve um processo de feminização da filantropia por causa da moralidade e respeitabilidade elevadas associadas às mulheres, logo, essa predisposição natural delas favoreciam o trabalho filantrópico, sendo ele, inclusive, incentivado pela Igreja Católica, segundo June Hahner.

Os jornais A Discussão e Onze de Junho foram usados como fonte e, de acordo com as notícias por eles publicadas, as mulheres pelotenses atuaram de três formas no movimento abolicionista: libertando escravos, doando objetos para o bazar de prendas do Clube Abolicionista em 1882 e fazendo parte da comissão de senhoras do Centro Abolicionista em 1884. As liberdades foram concedidas por motivos e sob condições variadas. Houveram senhoras que libertaram seus

escravos para solenizar um momento ou comemorar uma data, outras deixaram livres seus escravos por testamento, e as cartas algumas vezes não tinham condições fixadas, a liberdade havia, então, sido concedida plenamente, sem ônus algum, ou elas eram dadas com a exigência de prestar serviço para a mesma senhora por algum tempo.

Quanto aos artigos oferecidos para o bazar de prendas organizados pelo Clube Abolicionista da cidade, um elevado número de mulheres fez suas doações, itens referentes ao vestuário e de uso feminino e utensílios domésticos. Entretanto, chama a atenção os objetos relacionados com a política, como o quadro com a figura do visconde do Rio Branco, e a flor camélia, um símbolo do abolicionismo. Foi possível com as listagens trazidas pela imprensa localizar uma escrava de nome Maria Joaquina, um ingênuo e uma anônima. Além disso, mulheres da mesma família colaboraram com o bazar e algumas outras senhoras doaram duas vezes, pois os objetos ofertados eram distintos. Mulheres de Pelotas também contribuíram para a realização da quermesse na capital da província, mas por se tratar do movimento em outra localidade, o que deve ser observado é a possível rede de sociabilidade existente entre elas, algo que desejo aprofundar em pesquisas futuras com o intuito de entender como se dava tal relacionamento.

A comissão de senhoras foi, conforme a notícia do jornal *A Discussão*, nomeada, sugerindo que as mulheres presentes foram indicadas pelos outros membros presentes quando da criação do Centro Abolicionista em 1884. Isso, porém, carece de mais estudo, talvez com fontes que não a imprensa para que se possa saber se elas foram realmente indicadas para compor a comissão ou se as senhoras se dispuseram voluntariamente para tanto. Ainda, não foi possível identificar o perfil de cada uma delas, apenas a origem familiar e social de Maria Francisca, bem como não se sabe quais funções foram desempenhadas, apesar de supor que elas possam ter atuado pelo viés da caridade, arrecadando fundos destinados à compra de cartas de alforria, ou então praticando atividades artísticas levando em consideração as experiências de mulheres no movimento abolicionista em outras províncias. Penso que essa comissão formada por três mulheres seja a forma pela qual elas estiveram mais próximas do debate político acerca do movimento abolicionista durante o período analisado, uma vez que a ocupação

destes lugares lhes garantia legitimidade para atuar e porque elas estavam presentes nas reuniões e demais *meetings*.

Por seu turno, as cartas de alforria selecionadas de 1881 a 1884 e utilizadas como fonte, mostram, mais uma vez, que as mulheres de fato possuíam escravos e as razões para que as liberdades fossem outorgadas também eram variadas, o que serve igualmente para as condições firmadas. Contudo, creio ser mais significativa a atitude de Josefa de Campos, uma mulher que, analisando as cartas, não tinha escravos e que pagou pela liberdade de dois deles. Infelizmente, o nome dessa senhora não aparece na imprensa consultada, pelo menos não dentro do recorte temporal demarcado. Talvez a identidade de Josefa possa ser reconstituída com o auxílio de outras fontes, uma informação importante que já serve para justificar sua ação em certa medida.

As figuras 1 e 2, a receita de bolo e a bandeira do Clube Abolicionista, respectivamente, amparam as afirmações feitas ao longo do trabalho, mas ainda ajudam a pensar sobre o processo de politização da vida privada que estava em curso no final do século XIX, ideia apontada por Angela Alonso. Essa abordagem indica que as discussões políticas, neste caso sobre o abolicionismo, estavam fazendo parte da vida cotidiana das pessoas, adentrando as residências familiares, onde a escravidão existia, era forte, mas ao mesmo tempo silenciosa. As demais discussões realizadas, como aquelas sobre as mulheres que libertaram escravos em outros locais e a respeito das publicações de textos de autoria feminina na imprensa, demonstram que esse importante veículo de informação estava preocupado com a questão do abolicionismo, agindo de tal modo para incentivar as mulheres residentes em Pelotas a se envolverem com o assunto. Por fim, sugere que as informações e outros debates sobre o movimento abolicionista não estavam parados no mesmo lugar, havia, com isso, uma circulação de ideias abolicionistas.

Conclui-se, portanto, que houve participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas e que ela foi manifestada de diferentes formas. Com isso, é possível afirmar que a participação feminina não seguiu um padrão, isto é, não foi homogênea, como se todas elas atuassem de maneira igual, e apresentou intensidades distintas, pois vejo a doação de objetos como uma participação mais indireta, não deixando de ser fundamental. Enquanto isso, a atitude de Josefa de

Campos, por exemplo, parece ser direta, já que ela estava comprando a liberdade de escravos. O engajamento feminino nesse movimento social foi, a vista disso, complexo, principalmente se pensarmos sobre àquelas mulheres que eram donas de escravos, ou a sua família os possuía, e que mesmo assim atuaram no movimento. Nesse sentido, a participação das mulheres não pode ser vista de modo simplista. Acredito que o envolvimento delas no movimento abolicionista colaborou, junto com outros eventos de protesto e atores sociais, para que a abolição fosse declarada em 1888, uma vez que as pressões advindas externamente das instituições políticas formais para o encaminhamento das decisões.

A ausência das mulheres nos relatos e, conseqüentemente, nas fontes é sugestivo, pois dá a entender que elas não estavam presentes nos acontecimentos e processos históricos. Contudo, este trabalho, além de mostrar que as mulheres foram participantes, tem como propósito compreender de que maneira elas atuaram no movimento abolicionista. Assim, contribui para a historiografia local, a qual ainda possui lacunas a serem preenchidas e para trazer ao conhecimento a ação das mulheres enquanto atores sociais em um movimento social e também político que foi o abolicionismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*. CEBRAP. 100. Novembro 2014, p. 115-137.

BARRETO, Maria Renilda N.; SILVA, Wladimir Barbosa. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 14, jul.- out. 2014, p. 50-62.

COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria J. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

KARAWCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. *Locus*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2004

LEANDRO, Jacilene de Lima; SANTOS, Maria Emilia V. dos. As mulheres e o movimento abolicionista: participação e engajamento (Recife, 1880-1888). *Gnarus Revista de História*, v. 10, n. 10, setembro de 2019.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHAES, Mario Osorio. *Dicionário de História de Pelotas* [recurso eletrônico]. 3. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2017.

LONER, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo (Orgs.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019, p. 60.

_____. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. In: Imprensa, História, Literatura e Informação, 2007, Rio Grande. *Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007. v. 1. p. 57-64.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 4, p. 111-153.

MACENA Fabiana Francisca; MUNIZ, Diva do C. Gontijo. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 1, p. 45-54, jan./jun. 2012.

Marques et al. Representação da participação das mulheres na Escravatura e Abolição nos arquivos brasileiros. In Chaudiron S., Tardy C., Jacquemin B. (Eds.). *Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du 4 colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documentária. Anais do 4º colóquio científico internacional da Rede MUSSI*, Villeneuve d'Ascq, Université de Lille, p. 175–187.

MARTINS, Ana Paula V. A feminilização da filantropia. *Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, 1. sem. 2015.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MONTI, Verônica. *O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985, p. 109.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Organização e notas de Mario Osorio Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: Gomes, Flávio dos Santos; Schwarcz, Lilia Moritz (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PAULA, Débora Clasen de. *Família, guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX*. (Tese de doutorado em História – UFRGS), 2019.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.

ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba (UFPR), 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em: 17 de nov. de 2019.

SANT'ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). *OPIS – Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais*, Goiás, vol. 6, p. 68-78, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

WITTING, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 83-92.

LISTA DE FONTES

Bibliotheca Pública Pelotense

Hemeroteca

- A Discussão, Pelotas, 2 de julho de 1885, p. 4.
- A Discussão, Pelotas, 02 de setembro de 1884, p. 1.
- A Discussão, Pelotas, 11 de abril de 1881, p. 1.
- A Discussão, Pelotas, 11 de agosto de 1884, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 11 de setembro de 1884, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 13 de setembro de 1884, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 14 de março de 1881, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 15 de outubro de 1884, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 19 de dezembro de 1884, p. 1.
- A Discussão, Pelotas, 19 de maio de 1881, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 1 de setembro de 1884, p. 1
- A Discussão, Pelotas, 20 de outubro de 1884, p. 1.
- A Discussão, Pelotas, 21 de agosto de 1884, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 23 de abr. de 1881, p. 1 e 2.
- A Discussão, Pelotas, 23 de abril de 1881, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 26 de agosto de 1881, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 27 de julho de 1881, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 28 de agosto de 1884, p. 1.
- A Discussão, Pelotas, 29 de agosto de 1884, p. 1.
- A Discussão, Pelotas, 30 de março de 1881, p. 2.
- A Discussão, Pelotas, 31 de julho de 1884, p. 1.
- Onze de Junho, Pelotas, 14 de maio de 1882, p. 2
- Onze de Junho, Pelotas, 15 de abril de 1882, p. 1
- Onze de Junho, Pelotas, 16 de maio de 1882, p. 1
- Onze de Junho, Pelotas, 17 de junho de 1882, p. 1.
- Onze de Junho, Pelotas, 24 de fevereiro de 1882, p. 2
- Onze de Junho, Pelotas, 28 de junho de 1882, p. 2.
- Onze de Junho, Pelotas, 3 de janeiro de 1883, p. 2.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Documentos da Escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade

Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 123r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 30v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 137r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 137r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 137v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 143r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 143r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 144v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 13, p. 149r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 3V.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 16v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 32v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 33v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 3, p. 82v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 36r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 47v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 58r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 60v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 74r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 90r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 90v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 96r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 97r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 97v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 99r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 105v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 109r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 109v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 113v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 115v.

Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 124r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 126r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 127v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 129r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 129v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 130r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 130r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 140r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 140v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 142r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 14, p. 148r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 15, p. 1v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 15, p. 2r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 15, p. 3r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 15, p. 16r.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 8, p. 66v.

ANEXOS

Anexo A - Discurso de Julieta Monteiro

Discurso de Julieta Monteiro publicado no jornal A Discussão em 28 de agosto de 1884.

“A exemplo da capital da província, que conseguiu redimir, em poucos dias, por um modo pacífico e lisonjeiro grande número de cativos, atestando assim os brios e créditos do nobre povo porto alegre, o Rio Grande despertou do indiferentismo em que jazia, e ei-lo também em campo trabalhando ardentemente para que do seu solo seja expurgada a mancha da escravidão. E, como Porto Alegre, na cidade vizinha houve uma distinta jovem, exímia cultora das letras, que também invocou os sentimentos magnânicos de suas ilustres companheiras, a fim de concorrerem com seu valioso préstimo para a completa realização de tão importante tentamen. E vós, jovens pelotenses, que tantas vezes haveis estendido a mão generosa, ou em socorro de inúmeras instituições, ou para aliviar as lágrimas de tantos infelizes, deveis também agora levantar-vos todas e recorrer à generosidade pública em prol destes desgraçados que jazem escravizados por uma lei bárbara e antissocial. Do vosso valioso concurso tudo se deve esperar; portanto, como estímulo à vossa coragem transcrevemos o apelo que às jovens riograndenses fez a Exma. Sra. D. Julieta Monteiro, esperando que, dentro em breve, por estas mesmas colunas, tenhamos de aplaudir igual proceder por parte de alguma gentil pelotense. O apelo a que acimo nos referimos é o seguinte.

SENHORAS - No número de altamente nobres e elevados sentimentos que se devem aninhar no coração da mocidade, o amor da pátria deve ser um dos mais salientes lugares; é por isso que eu - que vos aprecio, porque diviso em vós um punhado de pujantes existenciais, prontas sem dúvida para batalhar com denodo em prol de qualquer causa nobre e santa - venho neste momento, em nome da pátria, pedir-vos que a auxilieis na caridosa cruzada que encetou. A província do Rio Grande do Sul, rica de tradições gloriosas, mãos de um sem número de heróis de espada e pena, não pode, não está acostumada a marchar na retaguarda de suas irmãs: portanto, senhoras, no momento em que a questão do elemento servil ocupa a atenção de todos os briosos filhos de vastíssimo torrão brasileiro, é necessário que nós, as mulheres, não nos deixemos ficar na inação tão imprópria de corações sensíveis como os nossos, ante o sofrer os míseros cativos. Não cabe por certo e

infelizmente, às intrépidas gaúchas, o dar o exemplo de concorrer para a redenção das desgraçadas vítimas do jugo do cativo, visto que na heróica província do Ceará, no formoso Amazonas, na corte e ultimamente na belíssima capital de nossa cara província, um elevado número de senhoras se tem erguido para bradar bem alto à Gazeta da Tarde: - Não, a mulher brasileira não é escravocrata. - Sigamos, porém, a estrada por elas abertas, avancemos e batalhemos também. Uma grande simpatia me atrai para vós, senhoras, e é essa a razão porque vos dirijo este apelo, que tenho fé, convicção, será atendido. Quem negará uma esmola a qualquer de vós, que estenda a mão a implorá-la, para libertar das guerras da escravidão, um desses míseros entes que nasceram como nós e que a fatalidade colocou na triste condição de escravo? Ninguém, por certa. Com um óbolo maior ou menor, conforme as suas posses ou a sua generosidade, todos concorrerão sem dúvida para tão belo fim. Em Porto Alegre deve realizar-se a 7 de setembro do corrente ano, uma quermesse. Elegantes filhas das mais nobres famílias da capital, venderão em suas tendas um sem número de objetos, cujo produto será aplicado para ao fim que vos falo. Outras jovens tem esmolado e tendo sido recebidas com entusiasmo, tem conseguido já grande parte de seus caridosos anhelos. Imitai-as: uni-vos todas e percorrendo as ruas desta cidade, mostrai-vos denodadas, generosas, caritativas, verdadeiras riograndenses. Eu o espero, com quanto não me assista outro direito para assim pronunciar-me senão a grandeza do assunto para o qual ousar chamar a vossa atenção.”

Anexo B - Colaboração de Etelvina Amalia de Siqueira

Colaboração de Etelvina Amalia de Siqueira para o jornal A discussão, seguido de poema de autoria da mesma senhora publicado em 19 de dezembro de 1884.

“Sr. Redator - O seu interessante, jornal de 15 de outubro, trouxe-me agradável notícia de acharem-se redimidos da vergonhosa nódoa do cativo, graças a generosidade popular, muitos municípios dessa majestosa província, e, entre eles, a bela e florescente cidade de Pelotas. Desarmada e sem frases para externar-me em uma questão tão profusamente debatida, como tem sido a do elemento servil em todo o orbe civilizado, senti a cabeça vazia de ideias; pensamentos, atropelados, fugiam rapidamente, enquanto o coração, em choques descompassados,

entalava-me nas cavidades do peito. Tentei descrever o meu entusiasmo, pintar com as cores fixas da verdade o deslumbramento de meu espírito; nada! Nem uma palavra! A pena tremia-me entre os dedos como o raminho flexível da pequiá, agitado convulsivamente pelo vento impiedoso do norte! Dominou-me então uma letargia inexplicável; as ideias, avolumando-se-me no cérebro formaram um só pensamento, arrojado e invencível - Amor pela pátria! Uma força máscula desconhecida transportou-me ao mundo das fantasias! Adormeci e, como o grande exilado da França, o predestinado profeta do futuro, sonhei com a felicidade do Brasil, dessa região adorada, berço de mimos naturais, onde nasci bafejada pelas auras tépidas do sertão. Ele, na formosíssima Guernesey, sobre o tapete matizado de boninas, acariciado pelo doce e cadente sussurrar das ondas voluptuosas, aos beijos cândidos da brisa livre do deserto; eu, aqui na minha modesta habitação, sobre a singela banca do estudo, espectadora silenciosa das minhas lutas íntimas. Que quadros, que paisagens, que revolução! Aqui, os obreiros do progresso, incansáveis na pugna ingente da regeneração social, a trabalharem, a lutarem, com esse heroísmo que ofusca o brilho de todas as espadas, tentando demolir o negro edifício da barbárie, ereto com sangue e ossadas de mil vítimas indefesas! Ali, homens conversos em algozes; o vergalho tendo as honras de código nas mãos do tirano; o governo do país mudo e contemplativo em face do desespero de seus governados, a esperar que o povo reforme a constituição do império, e imponha seus ditames ao chefe de estado! Embrenhei-me então num pélago profundo de pensamentos diversos. Fitei a sociedade, indaguei a origem dos males que a consomem, e, sem ser pessimista, considerei-a tal qual se me ofereceu, esfacelada, dividida, teatro de lutas fratricidas, prosclênio de vinganças inconcebíveis! A escravidão, a escravidão! Embrutecer-se uma raça inteira, fazê-la acreditar que não pode viver por si, que nasceu para ludibrio de outra raça! Malditos sejam os fundadores da ruína da pátria! Súbito, foi-se rarefazendo o nevoeiro de minha imaginação. Branda e macia a brisa trouxe-me acordes tão melódiosos, idílios tão suaves, que julguei-me alada às regiões etéreas, lá nos vergéis celestes, aspirando ambrosias divinas. Uma virgem loira e bela, presa a um rio adamantino, pairava no espaço e murmurava canções sonoras e entrecortadas pelo fresco sorriso da felicidade! Embevecida, extasiada por aquela aparição sublime, não compreendia

tão súbita metamorfose. Escutei atenta, os lábios entreabertos, sequiosos por uma nota, ao menos, daquela harmonia arrebatadora.... Meio desperta, ouvi, ou antes apanhei do regaço da viração a frase angélica que rolava na amplidão azulina: - Liberdade! Liberdade! Ecoou distintamente aos meus ouvidos! Era o clarim simbólico da redenção que, de espaço em espaço, retumbava as mais ignotas paragens da terra de Cabral! Era mais um triunfo do direto, mais uma fenda que a civilização abria nas colunas meio derrocadas da fábrica de crimes com o gládio possante da vontade popular! Bravo, riograndenses! Levantai bem alto vossas frentes altivas! Reforçai a carreira do vosso carro triunfal, e a romagem terminará em breve. Presa ainda de tão fortes comoções tomei a pena, tracei estas linhas e as desconexas estrofes que, se V. S. não tiver remorsos de apunhalar a mais formosa filha de Deus, chamará - Poesia.

A redenção de Pelotas¹¹⁵

Quando a aurora ergueu a medo
Em nívea mão cetinosa,
O róseo manto dos céus,
Entre aromas, entre flores,
Fitou-a um povo em delírio,
Zombando dos escarceos.

E das nuvens argentadas,
Roçagantes, perfumosas,
Que se espreguiçam no azul,
Cândido, loiro, engraçado,
Surge um anjo - a Liberdade,
Lá no horizonte do sul.

Diz a filha de Titã

Ao doce arcanjo do amor: -

¹¹⁵ Foi mantida a grafia original do poema a fim de preservar a produção de Etelvina e pelo fato de que algumas palavras não são mais usadas atualmente.

Irmã, onde vamos nós?
Vamos a festa ruidosa
Dos bravos que despedaçam
Algemas de seus avós!

Num concerto harmonioso
De eólias, harpas tangido,
Resplandecente de luz,
O berço vê-se do dia
Embalando a Liberdade
Na terra da Santa Cruz!

E cresce e cresce frenético
O festim da redenção,
Aos rosos de Jehovah!
Rolam cadeias no solo!
Ruge a insania! Que contraste!
Não há mais belo, não há!

É a fila dos valentes
Que calça os pés a opressão
Na luta santa da ideia!
Mais um topázio que brilha,
De luz que ofusca e deslumbra!
É Pelotas! Salve, Déa!

Aracaju, 25 de outubro de 1884.
Etelvina Amalia de Siqueira.”